



Esperanças

Sem dúvida, qualificar a conferência de Viena de histórica seria um erro. Seria necessário esperar tanto dela? A desordem no sistema planetário podia, ao contrário, fazer temer o pior, quer dizer, um regresso com relação à Declaração Universal. Os tenentes do relativismo cultural haviam entendido muito bem, pois tentaram precipitar-se na abertura. Em vão, como demonstra Sophie Bessis (veja o artigo ao lado) substituindo o fraco progresso de Viena dentro do contexto da crise deste final de século. É certo que a ausência da bipolaridade permite a abertura da comunidade internacional à outras forças além das dos Estados, exemplo, as ONG, explica Ibrahima Fall (p.2-3). Mas ela também deixa desenvolver os extremismos, os irredentismos e os separatismos mais loucos. Desta forma, como lembra Jacques Bugnicourt, secretário executivo de Enda (p.6), os dois terços da humanidade continua a negar o direito de cidadania. Quanto aos militantes dos direitos humanos, continuam pagando um alto preço. Para eles, Viena foi apenas uma oportunidade para constituir um importante caderno de endereços, tomar contatos e serem reconhecidos. Enfim, todas as coisas, para estes em que vida está em perigo, valem mais em certas ocasiões que um colete à prova de balas. Sobre este assunto, o Chadenho Enoch Djondang dá um testemunho pungente (p.7). Viena apenas foi mais uma etapa. Sem brilho, nem revolução. Finalmente, o seu único valor é ligado às suas possíveis conseqüências, como o mostra James Gillies, de Amnesty International (p.4). Do seu lado, Antoine Bernard, da Federação Internacional das Ligas para os Direitos do Homem (FIDH) (p.5), destaca que, se a nebulosa não governamental mais uma vez revelou as suas fraturas, inclusive a sua falta de maturidade política, também efetuou no meio de reajustes "salvadores", tomando ato da explosão das associações locais, sobretudo no Sul. Agora é preciso consolidar esta nova situação, e fazê-la aceitar pela comunidade dos Estados. Isto é o desafio dos meses que vêm.

SOPHIE BOUKHARI

A confirmação

Vinte cinco anos terão sido necessários para que as Nações Unidas conseguissem organizar, depois da Conferência de Teerã em 1968, um segundo encontro internacional sobre os direitos humanos. Durante estes vinte cinco anos, os mesmos, foram alegremente violados em todo lugar por ferozes ditaduras, e violentos conflitos tem ensanguentado o globo, com a exceção das velhas democracias do Norte. Vinte cinco anos, também, que o planeta passou por profundas mudanças: acesso quase completo do Terceiro Mundo ao reconhecimento internacional da sua existência, utopia, fracasso das estratégias de desenvolvimento que deviam levar o Sul ao crescimento econômico, à expansão demográfica acelerada dos continentes menos desenvolvidos e finalmente, nos últimos anos, a implosão do último império planetário, quer dizer o soviético, e a derrota por nocaute do socialismo levando os sonhos do século vinte. O desmoronamento da União Soviética mudou radicalmente a distribuição internacional, acabando com a bipolaridade que a estruturava desde 1945, liberando por todos os lados formidáveis forças que são expressadas através de remarcado crescimento democrático... e assegurando (por quanto tempo?) aos Estados Unidos a posição de única potência planetária. Porém, enquanto Europa e América do Norte continuam exercitando uma tutela pesada sobre o resto do mundo, alguns países do Sul estão tomando por sua vez os caminhos do desenvolvimento econômico e, seguros de sua nova prosperidade, tentam adquirir no concerto das nações uma influência em relação a ela mesma. Tudo isto acontece com uma crise duradoura como tela de fundo, pois as velhas marcas de referências ideológicas, estratégicas e econômicas foram desbaratadas por essas mutações de uma extensão inédita.

De qualquer forma era preciso tomar tudo isto em consideração, e é justamente neste contexto que as Nações Unidas convocaram em junho passado a Conferência de Viena. Um trabalho difícil, reunir durante mais de 15 dias as ONG, cada vez mais numerosas e exigentes consi-

derando-se como os porta-voz de uma sociedade civil mundial consciente da sua potência frente a Estados enfraquecidos, como os representantes de velhas potências desejosos de estabelecer as relações internacionais sobre novas bases, uma das quais podendo ser a universalização de uma prática democrática mínima, assim como os delegados de um Sul estorado, onde alguns ficam cada vez mais pobres enquanto outros enriquecem-se, onde uns estão dispostos a entrar no jogo de uma democracia controlada mais ou menos respeitosa do direitos da pessoa, enquanto outros recusam-se aceitar as regras impostas a eles e que possam ameaçar o seu poder.

Talvez seja com a vara desta heterogeneidade da comunidade internacional e de suas confrontações que se há de medir os resultados de Viena. Sem cair em um pessimismo excessivo, pode-se dizer que foram fracos e que não vão acabar com as violações dos direitos humanos, nem com os conflitos bárbaros que sucederam às guerras programadas da rivalidade Leste-Oeste. Contudo, não se pode dizer que são inexistentes. Através da adopção *in fine* de um longo texto que retoma o essencial da Declaração Universal de 1948 e proclama sem ambigüidade a universalidade, qualquer que seja os contextos locais dos direitos da pessoa, a Conferência reafirmou o caráter ilegítimo de toda violação dos mesmos. Isto não impedirá as ditaduras de irem diariamente contra eles, mas os colocará mais do que hoje em dia fora da lei internacional—eles compreenderam bem, pois fizeram o máximo para impedir a afirmação de tal princípio— e dará às organizações de defesa dos direitos humanos mais uma arma para opor-se ao arbitrário. Pois isto foi outro resultado de Viena, cujas conseqüências medir-se-ão progressivamente: as ONG ganharam um reconhecimento a nível internacional que agora é preciso consolidar. Isto não significa que os seus membros vão estar protegidos. Vai ter mais mortos no altar dos direitos humanos. Mas as ONG vão poder exprimir-se com mais facilidade e denunciar publicamente a violência do Estado. Finalmente,

o último benefício, que não é sem importância, é que a miséria sórdida e a exclusão sob todas as suas formas tornaram-se ilegítimas em Viena, pois o direito ao desenvolvimento e a uma vida decente conseguiram os mesmos estatutos que os direitos civis e políticos. Também não quer dizer que os ricos vão poder dar mais, mas foi reconhecido o direito dos pobres de lutar para conquistar a sua dignidade. Com as segundas intenções dos grandes poderes e daqueles que pretendem tomar-se em grandes poderes, e com as relações de dominação dissimuladas como tela de fundo, no contexto de uma crise planetária que faz pesar os mais grandes perigos sobre a proteção de todos os direitos humanos, os quais, como foi recordado a propósito, são indivisíveis, Viena, evitando toda forma de regresso, instaurou então barreiras suplementares contra as derivações do político e do desejo de poder, e laboriosamente tentou pôr em forma um código ético mínimo que a humanidade compremente-se dividir. Sómente isto e tudo isto. Quer dizer que as lutas vão continuar.

SOPHIE BESSIS

● N O S S O S A R T I G O S

A COLÔMBIA NA HORA DA "LIMPEZA SOCIAL"

página 8

AS ONG NA FRENTE DA DEMOCRATIZAÇÃO

página 11

DESENVOLVIMENTO E DEMOCRACIA: CADA UM À SUA MANEIRA

página 12

POR UMA INICIATIVA HUMANITÁRIA AFRICANA

página 13

CONTRA A EXCLUSÃO

página 14



Entrevista : Ibrahima Fall

Uma conferência de transição

Denominado secretário geral da Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos em março 1993, o Senegalês Ibrahima Fall, diretor do Centro dos Direitos Humanos das Nações Unidas desde agosto 1992, usou toda a sua diplomacia para que Viena não se torne no fracasso sem repercussão que certos prediziam. Ele evoca para viver diferentemente os ensinamentos desta conferência.

● **Qual é a avaliação que se pode fazer da Conferência de Viena ?**

Ibrahima Fall : É preciso situar a Conferência no seu contexto. As reuniões preparatórias, sobretudo a última, haviam revelado profundas divergências entre os participantes. Em Genebra, no mês de abril, foram necessárias duas semanas de discussões intensivas e muitas vezes conflituais para poder começar a trabalhar sobre o projeto do documento final. Finalmente temos trabalhado bem. Ao final da última comissão preparatória, apenas seis ou sete questões continuavam causando divergências : o princípio da autodeterminação, a relação entre os direitos humanos, o desenvolvimento e a democracia, a condição da ajuda, o problema da universalidade nas suas relações com os particularismos, as questões dos recursos, da criação de novas instituições e do direito ao desenvolvimento. Uma série de consultas nos permitiu aproximar ainda mais os pontos de vista, mesmo se as divergências não foram levantadas sobre a condicionalidade da ajuda, o problema da divisão dos recursos do sistema das Nações Unidas entre direitos humanos e desenvolvimento, e a questão das instituições novas, especialmente a do Alto Comissariado. O processo preparatório então permitiu chegar a Viena com um certo optimismo. Está certo que em determinado momento, por causa das divergências evidenciadas pelas questões bosniacas e angolanas, alguns temeram que as mesmas pudessem ter uma influência negativa sobre o processo de redação do documento final. Mas finalmente conseguimos resolver estes problemas.

● **Será possível, com relação aos direitos humanos, falar em termos de antes e depois de Viena ?**

I.F. : Sim. A universalidade dos direitos humanos foi reafirmada. Enquanto se fala no direito ao desenvolvimento desde há 20 anos, o mesmo foi reconhecido formalmente pela primeira vez. A questão da autodeterminação enquanto às suas relações com a democracia e os irredentismos novos que perturbam os Estados desde o desaparecimento do mundo bipolar recebeu um conteúdo que vai no sentido da história. Os

direitos da mulher foram consagrados e a sua promoção foi um dos pontos essenciais do programa de ação da ONU. Também não foram esquecidas as crianças. Sobre a questão das instituições, foram feitas uma série de propostas com o objetivo de reforçar a eficácia do sistema das Nações Unidas com relação à defesa dos direitos humanos, e de aumentar os recursos do Centro dos direitos humanos para permitir-lhe cumprir o seu mandato. Foi decidido que a Assembleia Geral teria que pronunciar-se com toda emergência sobre a questão do Alto Comissário. Além disso, foram determinadas datas limites para o lançamento dos programas de ação : 1996 para a ratificação universal da Convenção sobre os direitos da criança, 2000 para os direitos da mulher. Também foi decidido acelerar o processo de criação do Tribunal penal internacional. Quanto à assistência técnica, que é um dos aspectos essenciais da ação do Centro dos direitos humanos, a Conferência de Viena lhe deu uma nova dimensão, o que demonstra que existe uma autêntica vontade de ação.

● **Que conclusões você chegou quanto aos conflitos que surgiram durante a Conferência entre certos Estados e as ONG ?**

I.F. : Pela primeira vez na história das Nações Unidas, a conferência intergovernamental e as atividades, muitas vezes crítica, das ONG foram comportadas no mesmo prédio. Além disso, as ONG foram muito estreitamente associadas a todo o processo preparatório. Pode-se afirmar então que houve a instauração de uma verdadeira cooperação entre os Estados, a ONU e as ONG. E este processo continuou em Viena, inclusive na comissão de redação, na qual as ONG se exprimiram publicamente duas vezes. É verdade que algumas pensaram que deviam estar presentes durante toda o tempo dos trabalhos da comissão, mas os Estados não aceitaram, com o argumento que isto jamais havia acontecido. Espero que seja possível um dia, mas é preciso avançar por etapas, e com relação a isto, a Conferência de Viena constitui um avanço considerável. A minha vontade para o futuro, e as ONG sabem muito bem, é estabelecer uma relação entre elas e o sistema das Nações Unidas com relação à proteção e à promoção dos direitos humanos. Elas desempenham um papel essencial nesta área, que às vezes é até perigoso para a vida dos seus membros. Não temos o direito de ignorá-las, mas isto também não significa que se pode logo considerá-las iguais com os Estados. Até as organizações intergovernamentais não têm este estatuto de igualdade. A comunidade internacional é primeiramente uma comunidade interestatal.

● **Não seria preciso que ela evoluísse em direção a uma comunidade internacional mais larga ?**

I.F. : Estamos em uma fase de transição. Quando o mundo era bipolar, o predomínio dos Estados era inevitável. Desde que acabou-se esta bipolaridade, o mundo tomou-se muito mais flexível, e as ONG vão ter um espaço maior nele. Com relação a isto, houveram 3300 delegados representando mais de 800 em Viena. Tive pessoalmente encontros regulares com os seus representantes. Decidimos criar no Centro dos Direitos Humanos uma simples estrutura encarregada das relações entre as Nações Unidas e as ONG nesta área.

● **Não existe uma contradição entre o fato que as Nações Unidas se preocupam cada vez mais com os direitos humanos e o fato que continuam sendo uma organização de Estados, dos quais muitos não respeitam esses direitos ?**

I.F. : Sim. O secretário geral indicou claramente a sua vontade de considerar a ação pela proteção dos direitos humanos como uma prioridade essencial das Nações Unidas, quer dizer ao mesmo nível que a paz, a segurança internacional, o desenvolvimento e o meio ambiente. Eu posso lhe dizer que ele faz o máximo para reforçar o Centro dos direitos humanos e dá-lhe um dimensão permanente dentro do conjunto das atividades das Nações Unidas. Se reforçamos os mecanismos de vigilância e de denúncia como foi decidido, se criarmos as condições necessárias para chegar a um diálogo frutífero, então é possível esperar. Está certo que a comissão dos direitos humanos continua sendo um órgão interestatal, mas não se deve esquecer que ela trabalha sobre a base de relatórios elaborados por especialistas independentes, e que estes relatórios são comunicados à opinião internacional. Então, exercita-se uma pressão importante sobre os governos. Finalmente, a dinâmica democrática na qual temos entrado, tanto ao nível nacional como ao internacional, é portadora da promoção dos direitos humanos. Existem certos sinais confirmando isto : estamos examinando ao menos 80 pedidos provindo de Estados da Europa, Ásia, África e América Latina que querem beneficiar dos nossos serviços consultativos e da nossa assistência técnica para criar comissões nacionais ou centros de pesquisa e informação sobre os direitos humanos, ou para promover o processo democrático. A Comissão também está determinada a reforçar os seus mecanismos de vigilância.

● **Por mas honestos que sejam, os relatórios recebidos pela Comissão têm realmente alguma utilidade ? Por exemplo o relatório Mazowiecki sobre a ex-Iugoslávia.**

I.F. : É preciso reintegrar a questão da ex-Iugoslávia no seu contexto. Ela não tem somente problemas de direitos humanos, mas

também problemas de segurança, de paz, de refugiados, de purificação étnica, etc. Não devemos esquecer que foi a partir dos relatórios do Sr. Mazowiecki que o Conselho de Segurança resolveu pela primeira vez na história criar um tribunal internacional para julgar os crimes cometidos na ex-Iugoslávia.

● **O uso que foi feito por certas pessoas do drama bosniaco, por exemplo, não mostra um risco de instrumentalização dos direitos humanos ?**

I.F. : A Bósnia e Angola, que suscitaram problemas em Viena, são casos específicos demais para serem generalizados. Contudo, é verdade que certas resoluções são votadas por governos que não respeitam os direitos humanos. Mas infelizmente, não existe nenhum lugar onde os mesmos estejam totalmente respeitados. Por este motivo, a sociedade civil, os especialistas independentes, e talvez amanhã, o Alto Comissariado ou o órgão que haverá de substituí-lo, têm um papel imenso a desempenhar. Pois eles constituem uma proteção contra os perigos que você evoca.

● **O reconhecimento dos direitos econômicos confirmado em Viena não implica uma mudança radical das práticas econômicas internacionais dominantes ?**

I.F. : Com relação aos direitos humanos, tudo está ligado. Durante muitos anos, os Ocidentais insistiram sobre os direitos civis e políticos. Ao inverso, os socialistas defenderam os direitos econômicos e sociais. A medida justa é a combinação dos dois. Por outro lado, é necessário dispor de indicações precisas para determinar a partir de que nível os mesmos são violados. Finalmente, é preciso deixar de pensar que estes direitos são uma arma dos países em desenvolvimento contra os países desenvolvidos. Por toda a parte no mundo, as riquezas nacionais devem ser usadas para beneficiar o conjunto das camadas da população, e não só a minoridades.

● **A crise mundial social, política, econômica, portadora de exclusões e de xenofobia, não está fazendo regressar os direitos humanos justamente no momento em que mais se fala deles ?**

I.F. : Existem vários problemas. Primeiro, dos fundamentalismos e dos extremismos, que são teorias que refletem o fracasso das políticas lançadas durante as últimas décadas. De frente a estes extremismos, os governos têm a tendência, sobretudo quando as suas bases democráticas estão fracas, de ir "pescar" votos no terreno daqueles que se consideram como defensores desses extremismos, e tudo isto resulta em um reforço do fenômeno em vez de enfraquecê-lo. A única maneira de lutar contra estas formas de exclusivismo é mostrando que não são estes que se pretende excluir, que são os responsáveis da situação,

mas sim, um ambiente econômico, social, nacional e internacional desfavorável. Além disso, as tentativas de separação, de irredentismo, as identificações étnicas se desenvolvem em todas as regiões do mundo. É preciso ter a lucidez de admitir que durante todo o período da guerra fria, as tensões Leste-Oeste haviam dissimulado a vitalidade destes movimentos, que foram reforçados após a disparição da bipolaridade. Existem dois obstáculos a serem evitados para conciliar os direitos das maiorias com os das minorias. Primeiro o do jacobinismo, através da aceitação da pluralidade dentro da unidade nacional. Segundo, o do etno-regionalismo, quer dizer a tendência que têm os portadores de vozes irredentistas a quererem emancipar-se dos limites do Estado central. Isto levaria à explosão programada de muitos Estados no mundo inteiro, e não só na África, como se pretendeu durante muito tempo. Só a promoção dos direitos humanos em geral e dos direitos das minorias em particular permitirá encontrar um terreno no qual as identidades étnicas, culturais e religiosas poderão ser protegidas, e sem chegar sistematicamente a um rompimento planetário. Aqui estamos enfren-

tando um dos pontos programáticos de Viena, pois os direitos humanos são uma das áreas essenciais sobre as quais as Nações Unidas terão que trabalhar. Finalmente, tem-se que admitir que a situação econômica e social, tanto dentro de cada país como a nível internacional, não facilita a criação de um clima de solidariedade nem de confiança. Cultivamos por toda a parte o exclusivismo social afastando os estrangeiros, os fracos, os velhos, os jovens, os incapacitados, os doentes da AIDS, etc. Por que motivo o nosso mundo, que se tem tomado numa aldeia planetária, deveria cultivar a marginalização social? Isto é um desafio que a humanidade deve ter condições de enfrentar através do respeito dos direitos humanos.

● **O que o Senhor, como africano, pensa da evolução atual do continente ?**

I.F. : Há 30 anos, o problema da devolução do poder político supera na África o da promoção do desenvolvimento econômico e social dos povos. Até hoje, só se toma os aspectos políticos da democratização em conta. Além disso, sente-se um certo fatalismo no comportamento de muitos dos mem-

bro das elites africanas. O tema da marginalização evocado freqüentemente faz alguns anos, teve tal efeito sobre aqueles que estão encarregados com o seu futuro, que quase foram "anestesiados". Apesar das afirmações dos dirigentes sobre a necessidade de confrontar diretamente as questões de desenvolvimento, houve pouco progresso. Eu não pretendo dar nenhuma lição. Já fui ministro no meu próprio país e estou bem consciente da dificuldade de gestionar um país, tanto mais quando se trata de um continente. Mas existem motivos de esperança. O fato que a sociedade civil se encarregue do seu futuro com próprios métodos deixa prever, que a gestão da coisa pública vai ser cada vez mais devida a uma participação das populações a todos os níveis. Também existe esperança, porque acredito que a África tem as potencialidades do próprio desenvolvimento. Acredito na capacidade de mobilização de uma comunidade econômica panafricana, a condição que ela não faça permanecer o monopólio dos Estados. A África realmente necessita de um movimento de fundo, provindo de todas as camadas da população. É verdade que o período não é favorável para

este tipo de dinâmica. A situação econômica é tão difícil, que a mera sobrevivência já é um problema, inclusive para os funcionários do Estado. Mas a questão da sobrevivência só existe, porque o continente não se tem desenvolvido. Então é preciso enfrentar enérgicamente os problemas internos e regionais para criar esta dinâmica, sem a qual a África sempre perderá.

● **Isto é uma crítica das políticas de ajuste ?**

I.F. : O seu principal mérito é de ter instaurado preços verdadeiros e a transparência da gestão. Através delas, as condições de desenvolvimento voltaram a conformar-se às regras precisas que se há de respeitar. Mas sem dúvida que em muitos países a sua aplicação teve como consequência uma violação dos direitos humanos, especialmente dos direitos econômicos, sociais e culturais. Hoje em dia, todo o mundo admite isto. O que é preciso entender, é que o desenvolvimento da África só pode ser iniciado pelos próprios Africanos. Os outros só podem ajudar-nos. Mas ninguém pode "nos desenvolver" em nosso lugar.

ENTREVISTA DE SOPHIE BESSIS

«Programado para ser eliminado»

Enoch Djondang, 32 anos, fundou a Liga Chadeana dos direitos humanos em janeiro de 1991. Jurista e perito em cooperação e desenvolvimento, ele trabalha no Ministério do Plano e da Cooperação da República do Chade. Ele explica porque foi a Viena, o que aprendeu lá, e testemunha sobre a sua visão do período pós-Viena, como militante dos direitos humanos em um país sujeito ao terror.

«**A** Conferência de Viena deveria ter sido de todas as ONG. São as suas conclusões que deveriam ter sido adotadas como resoluções finais. Pois os Estados, inclusive os democráticos, não são defensores naturais dos direitos humanos. Por essência, é a sociedade civil que tem que desempenhar este papel. As regras das Nações Unidas fazem com que toda conferência sobre os direitos humanos seja necessariamente ambígua. Elas impedem que os governos sejam considerados caso por caso, e permitem aqueles que deveriam ser os mais incriminados de serem protegidos. Senti muito a exclusão das ONG da Comissão de redação em Viena. Só elas podiam recordar alto e claramente, em termos não diplomáticos, o que são os direitos humanos quando os participantes começaram a fazer compromissos e comercializar, como acontece em todas essas conferências. Por outro lado, não foi colocado nenhum mecanismo constrangedor. Na minha opinião, as resoluções desta conferência vão começar a ser aplicadas talvez daqui a cinco anos, quando todos os que querem prolongar tudo isto terão trabalhado, e se todo o mundo retoma o seu próprio domínio a nível da cooperação Norte-Sul. Pois em muitos países, a evolução dos direitos humanos é ligada a relações de força.

«Não obstante, Viena deu de qualquer forma a oportunidade de tomar a medida da amplitude e extensão dos direitos humanos. Até então, as

Nações Unidas haviam produzido apenas convenções esmigalhadas, dispersas. Desta vez, foi admitido que os nativos, as mulheres tenham direitos fundamentais, e que o direito ao desenvolvimento é um direito humano. Para um país como o meu, é importante. Tem a sua chance. Pois imagino que os sócios como o Fundo Monetário Internacional ou o Banco Mundial vão mostrar mais flexibilidade. Bem, é o que espero. Mas também sei que as medidas econômicas vão ficar inúteis se o regime instaura a anarquia e leva à miséria. No Chade, nunca tivemos o direito à vida. «Eu fui a Viena para recordar a existência do meu país e a situação dramática em que vive. Encontrei vários grupos de pressão, porque penso que só eles podem fazer mudar a situação. Só a França e Idriss Déby podem restaurar a paz no Chade, onde a situação é mais ou menos equivalente à da Somália, a única diferença sendo que não se fale do Chade. Não existem mais instituições neste país. A maioria das regiões vivem sob domínio dos chefes de guerra locais que esmagam, atacam e matam. É a guarda tribal de Idriss Déby que desempenha o papel do exército: mercenários que não tem respeito por nenhuma das regras elementares da guerra e que beneficiam de uma impunidade total. No Sul, se grupam em turmas de malfeitores e atacam os transportes de mercadorias, roubam o gado dos criadores, que são Nordistas como eles próprios, e pensam que houve uma rebelião do pessoal do Sul. Aldeias

são incendiadas, abrem o ventre de mulheres vivas. Este país está em guerra, sob o domínio de lutas tribais desde o início, quer dizer desde setembro de 1963, logo após a independência, quando houve uma matança de Nordistas. Desde aquela época, não mudou nada. Ao contrário, tomar as armas, tornou-se a única maneira de expressão possível, a única maneira de ser reconhecido. Quanto às crianças, cujas pais foram matados, muitas vezes são acolhidas por rebeldes e pegam as armas por sua vez.

«A solução ao problema do Chade depende da pressão internacional, mas sobretudo da política francesa. Como foi possível que a França acolheu Idriss Déby quando ele mandou degolar 247 pessoas em Goré (no Logone oriental), em fevereiro passado? A lei do silêncio não poderá mais demorar por muito tempo. No ano passado, houve um movimento de rebelião entre os cooperantes franceses. Eles escreveram uma carta aberta ao seu governo, mas foram expulsados mesmo antes de poderem assinar. Naturalmente, toda a história foi abafada.

«Eu faço parte de uma geração que só tem vivido na guerra, na discórdia e nas decepções. Militando pelos direitos humanos, eu quero dar uma chance à geração futura. Inclusive se, para isso, é preciso aceitar o risco supremo. Em fevereiro passado, o nosso vice-presidente, o professor Joseph Behidi, foi assassinado. Morto a queima-roupa, em frente da sua casa por dois assassinos em uma moto. Roubaram um carro para fugir e abandonaram o corpo dele perto das residências dos chefes de guerra. Havia testemunhas. Alguns deles foram ameaçados, outros sumiram. Joseph Behidi era um dos melhores advogados do país, e se havia comprometido plenamente na luta pelos direitos humanos, tomando a defesa dos grupos democráticos nos processos simu-

lados, aos quais, infelizmente, estamos acostumados. Por exemplo, ele tinha defendido *N'Djamena Hebdo*, o único jornal independente do país. O seu assassinato desencadenou o maior movimento de protesto do país. A adesão massiva da opinião pública à nossa ação é a nossa única força. A Liga chadeana dos direitos humanos (LTDH) é uma associação de voluntários não protegida, mas como beneficia do apoio popular, é uma das mais perigosas formas de oposição. Temos obrigado Idriss Déby a dissolver a "guarda política". E cada vez que tivermos conhecimento de listas negras, revelamos sua existência.

«Eu pessoalmente estou programado para ser eliminado e sob a vigilância dos político-militares. Mas viajo muito e acredito que o momento não seria adequado para eliminar-me. Fui escolhido, junto com outros, por integristas musulmanos ligados ao presidente. O integrismo religioso que se está apoderando do país é trazido do Sudão. Chegou mesmo no rastro de Idriss Déby e beneficia do apoio financeiro da Arábia Saudita através de uma rede de ONG que supõe ter uma vocação social ou cultural. O próprio presidente Déby o admitiu. Pois ele não quer que o Chade se torne em outro Sudão. Mas apesar da sua vontade, ele risca de provocar a divisão do seu país, como no Sudão. Desde maio, está claro que os integristas querem apoderar-se do Estado e instaurar a *charria* como lei fundamental. Contudo, isto se opõe às aspirações democráticas da maioria da gente. Apesar do que dizem, nunca houve uma contestação da separação no Chade, nem, inclusive, da francofonia. A rejeição da escola francesa pelo pessoal do Norte foi apenas o resultado de uma campanha orquestrada pela Líbia, com o objetivo de anexar pura e simplesmente a região.»

ENTREVISTA DE CATHERINE N'DIAYE

A semente da concórdia

As estrelas da Conferência mundial sobre os direitos humanos em Viena foram as organizações não governamentais. Vieram do mundo inteiro e introduziram entusiasmo, cor e calor em um acontecimento normalmente sem brilho. Também manifestaram um pouco mais de vivacidade do que muitos representantes de governo para defender os direitos humanos. Quando foi proibido seu acesso à conferência sob a pressão dos chineses, Dalai-Lama ele foi convidado pelas ONG, a falar e foi acolhido com entusiasmo fora das manifestações oficiais. Quando os representantes da junta militar do Myanmar (Birmânia) falaram na grande sala de conferência, os representantes das ONG cobriram os seus rostos com uma efígie de Aung San Suu Kyi, a dirigente birmã encarcerada e coroada com o Prêmio Nobel da Paz.

Um dos seguranças da ONU, que era obrigado a socilitar aos protestantes de sair da sala, também pediu uma efígie, «foi o acontecimento mais estimulante da conferência», se queixou de uma voz cansada.

Os vienenses viram estabelecer-se a maior colagem mundial de cartões postais no momento em que centenas de voluntários, mobilizados por Amnesty International, juntaram um quarto de milhão de cartões postais de forma hexagonal contendo os retratos de pessoas do mundo inteiro na Stephanplatz, um dos lugares turísticos mais visitados de Viena. Bem perto de lá, em uma rua movimentada do centro da cidade, outros voluntários haviam instalado um «centro de ação de emergência» a partir do qual, por telecópia, mandaram milhares de chamadas –assinadas pelas passantes– a 25 governos, em nome de pessoas ameaçadas de tortura, de morte, de «desaparecimento» ou de incarceration injustificada. Durante esta ação, pelo menos duas das pessoas visadas foram libertadas, e um certo número de outras, receberam cuidados médicos. Lendo os artigos da imprensa publicados no final da Conferência, é evidente que a imprensa escrita perguntou-se o que deveria se pensar de tudo isto. Mais de cinco milhões de libras Sterling foram gastas numa conferência que demorou duas semanas. Delegados de 170 países, assistiram junto com milhares de representantes das organizações não governamentais à conferência, manobrando nos corredores para chegar a uma mudança. Podemos nos questionar se a Conferência chegou a ser um sucesso. Para Pierre Sané, o secretário geral de Amnesty International, não há dúvida que «a Conferência foi o encontro das oportunidades perdidas». A

Histórico, o encontro de Viena? Não realmente. Mas também não se pode chamá-lo de conferência para nada. De qualquer forma, as ONG conseguiram algumas vantagens. Sobretudo um forte desejo de trabalhar juntas.



Mães e esposas dos desaparecidos peruvianos

© Leoncio Robles

proposta visando criar um Alto Comissariado para os direitos humanos –uma das mais importantes– não conseguiu o apoio forte que necessitava, e só foi examinada no último minuto. Contudo, foi finalmente adiada para a próxima sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas que acontecerá mais tarde neste ano em Nova Iorque. A Conferência também não permitiu obter o apoio político de alto nível nem o impulso necessário para concretizar outra proposta importante, quer dizer a de instituir um tribunal internacional para julgar os autores das sérias violações dos direitos humanos. Finalmente, quanto à questão determinante do aumento de financiamento das atividades das Nações Unidas na área dos direitos humanos, a Conferência apenas conseguiu determinar um certo objetivo numerado: os recursos suplementares devem fazer parte do orçamento habitual, que já está extremamente difícil.

Encontro em Nova Iorque

Bem antes da abertura oficial dos trabalhos, havia motivo para temer que a Conferência –dando um passo atrás– mudasse de opinião sobre o consenso adotado com relação à universalidade dos direitos humanos. As declarações «enérgicas» de certos países asiáticos, que têm um passado simplesmente consternador com relação aos direitos humanos, tinham muito a ver com

isto. Também, o resultado da Conferência quer dizer a sólida reafirmação contida no documento final do caráter universal dos direitos humanos, pode ser apresentado como um sucesso. Contudo, Amnesty International não perdeu a oportunidade de lembrar que os princípios fundamentais de 50 anos atrás nunca deveriam ter sido questionados, e que através da oposição de novas referências –regionais, culturais, religiosas– relativas aos direitos humanos, se tinha o risco de enfraquecer o alcance destes princípios. Pierre Sané também criticou «a fraseologia condescendente» usada no documento final para com as ONG «cujo corajoso trabalho contribui a manter a questão dos direitos humanos à ordem do dia para a comunidade internacional e sem a qual o sistema de vigilância e de proteção dos direitos humanos instituído pelas Nações Unidas fracassaria». Como ONG, é provável que a coisa mais importante que aprendemos foi que, para trabalhar juntos com eficácia, a nível regional e internacional, temos que nos preparar de maneira adequada. Com relação a isto, o Fórum das ONG foi um sucesso notável. Foi através dele que as ONG chegaram a um acordo sobre uma lista comum de propostas para serem submetidas à Conferência, e elegeram uma comissão de coordenação, cuja composição refletia largamente a diversidade dos movimentos de defesa dos direitos humanos. Para chegar a este resultado, as ONG

tiveram que ultrapassar enormes problemas de caráter técnico. Desta forma, mais de 2000 pessoas representando umas 1000 ONG de todas as partes do globo foram reunidas em Viena. O argumento segundo o qual os direitos humanos teriam sido impostos pelo Norte ao Sul pareceu ser um mito. Cólera, paixão e preocupações diversas foram expressadas livremente, mas em apenas três dias, os representantes das ONG conseguiram levantar uma base sólida capaz de reforçar as iniciativas destinadas a proteger e promover os direitos humanos.

Construir um movimento mundial

É certo que temos o objetivo de fazer, junto com os nossos amigos e parceiros, uma profunda avaliação dos resultados de Viena, mas continuaremos a fazer valer vigorosamente as nossas propostas, como a que visa à criação de um posto de Comissariado especial para os direitos humanos. A próxima etapa nesta área, é a sessão de outono da Assembleia Geral das Nações Unidas. Doravante, com relação à nossa futura cooperação com as Nações Unidas, exigimos relações baseadas no respeito de nossa ação no terreno que continuamos a realizar para a defesa dos direitos humanos. Não estamos mais dispostos a ser deixados de lado dos debates chave, nem a sermos confinados –como foi o caso em Viena. Não aceitamos mais que aqueles que, a nível nacional, muitas vezes riscam a sua vida para defender os direitos humanos, não tenham acesso aos prédios das Nações Unidas. Em outros termos, chegou a hora de levantar o veto dos governos contra o acesso das ONG aos órgãos das Nações Unidas!

A Conferência de Viena foi concluída com um documento mal equilibrado que, apesar de marcar certos progressos autênticos, fica vago, ambíguo e limitado quanto ao alcance das suas propostas. Porém, por uma boa parte graças às pressões exercidas pelas ONG, ela contém algumas partes bem-aceitas sobre a preeminência dos direitos das mulheres, das crianças e das populações indígenas. Como notou Pierre Sané ao final da Conferência, «temos que olhar para a frente, além de Viena, e trabalhar mais determinadamente em favor da instauração de um movimento mundial dos direitos humanos mas sólido, que constitua no futuro uma das principais garantias de proteção e de promoção dos direitos humanos. A semente deste movimento foi lançada em Viena».

JAMES GILLIES, AMNESTY INTERNATIONAL

«Uma mudança inesperada e salvadora». Foi nestes termos que a Federação Internacional das Ligas para os Direitos Humanos (FIDH) qualificou a emergência espetacular das ONG, das associações e dos grupos, quer que sejam locais ou temáticos, na ocasião da Conferência de Viena. Pois a avaliação que se há de fazer do lado não governamental da Conferência com certeza ensina mais do que o mesquinho "consenso para baixo" refletido pela Declaração governamental final. Este texto, é verdade, revela a falta de vontade política dos Estados para reformar o sistema da ONU de proteção e promoção dos direitos da pessoa. Uma declaração de princípio marcada pela estagnação conceptual, um programa de ação em forma de "concha vazia", tudo isto confirma que a distância é bem grande entre as aspirações dos povos e o reconhecimento das mesmas pelos governos. E não terá sido diminuída pela expulsão das ONG da Comissão de redação. É verdade que, segundo a regra não escrita que domina nas conferências da ONU, as ONG não participam nas sessões de negociação. Porém, não é menos exato que o regulamento desta conferência particular previa que a Comissão de redação se reuniria em sessões "formais", quer dizer públicas. Além disso, a prática genevesa que consiste em associar as ONG, no seio de grupos de trabalho "abertos", à elaboração pela Comissão dos direitos humanos dos projetos de instrumentos internacionais nos havia acostumados a uma cooperação que tivesse sido indispensável prolongar em Viena.

Cerrar fileiras

Portanto, os governos precisavam, segundo a expressão do embaixador da Síria, «de trabalhar em uma atmosfera livre». O presidente da Comissão de redação, por motivo da necessidade de chegar a um consenso, não soube resistir à sua chantagem —alguns deles ameaçaram, como a China, de sair se as ONG assistissem às reuniões. Por evidente que pareça, o fracasso da Conferência governamental, é preciso dizer que foi relativo. Os militantes confrontados diariamente ao subdesenvolvimento, às violações dos direitos das mulheres ou dos povos indígenas, saberão, com certeza, fazer bom uso dos progressos realizados em Viena. Quanto aos grandes princípios, a universalidade e a indivisibilidade dos direitos humanos, foram reafirmados. Enquanto as relações internacionais passam por constantes mutações políticas, os tenentes do «relativismo cultural e religioso», de semelhantes opiniões, se deve constatar que passaram à ofensiva. A sua perda é um resultado bem fraco, mas suficientemente positivo para estar sublinhado. Para os militantes dos direitos da pessoa, Viena terá sido primeiro a oportunidade de lançar uma mobilização colossal. Era preciso

mostrar-se à altura do acontecimento e responder aos governos que desejavam aproveitar a abertura da caixa de Pandora. Com relação a isto, as notáveis reuniões paralelas organizadas durante as conferências regionais preparatórias terão dado a oportunidade de enviar à comunidade dos Estados uma mensagem clara e uniforme. Especialmente as reuniões de Tunis e Bangkok terão sido uma esplêndida demonstração de coordenação. Talvez seria bom agradecer os ditadores que, passando à ofensiva, deram um apoio, involuntário, às ONG para acochar as fileiras.

Ao nível U2 do Áustria Center, onde estavam confinadas as atividades não governamentais, a valsa vienêsa dos militantes permitiu primeiro o maior intercâmbio de cartões postais jamais realizado. E muitas redes de solidariedade saíram reforçadas. Quanto ao Fórum das ONG, sob as suas aparências de revolução, começou uma mudança maior, do mundo militante, ou ao menos consagrado uma nova distribuição de cartas. Com relação a isso, os interessantes debates que animaram as comissões do Fórum marcaram esta manifestação menos do que os graves erros de gestão, que têm sérias consequências políticas, cometidos pela Comissão conjunta de organização (JPC). A falta de financiamento das passagens de avião dos representantes de ONG do Sul, o convite ao Fórum de personalidades contestadas, a apresentação de conclusões gerais parciais, e também a ausência de uma definição das modalidades de participação da comunidade não governamental, redobram as tensões, com a contestação da legitimidade do JPC como tela de fundo, e levaram a desapossar o mesmo de toda questão relativa à Conferência governamental.

Através da rejeição do JPC —que é uma expressão do «establishment» humanitário de Geneve, Nova Iorque e da Áustria— foi a própria configuração do mundo das ONG dominante, até que foi questionada: as centenas de organizações do Sul, a maioria delas tendo sido criadas nos últimos anos, tinham o desejo de serem entendidas. Tanto mais que o acesso à cena internacional parecia estar reservada a algumas dezenas de organizações internacionais dotadas do estatuto consultativo perto do Conselho econômico e social das Nações Unidas (Ecosoc), e com relação a isso é preciso dizer que uma parte delas perdeu a sua legitimidade e a sua credibilidade há muito tempo. Por outro lado, não foi a principal mudança que surgiu desde a primeira Conferência mundial sobre os

direitos humanos (Teerã, 1968) na comunidade das ONG, o fantástico desenvolvimento das associações de terreno? Então, o que é mais legítimo do que este reconhecimento pela comunidade internacional à qual pretendem pertencer? Contudo, esta mudança salvadora da comunidade não governamental não se fez sem nota falsa. O incidente Carter, no qual o ex-presidente dos Estados Unidos, convidado pelo JPC para expressar-se no termo do Fórum, sem consideração pela oposição das organizações latino-americanas, foi fortemente vaiado durante uma meia hora, teria descredenciado a mais de uma das associações presentes. Era perfeitamente compreensível opôr-se à intervenção de Jimmy Carter saindo da sala em silêncio, como as organizações latino-americanas membros da FIDH. Mas era inaceitável impedi-lo de se expressar através do uso da força —uma prática usada algumas horas antes pelo governo chinês contra o Dalai-Lama.

Nova distribuição

A nova Comissão de Ligação (NLC), eleita rapidamente para resolver as questões práticas —portanto simbólicas— da participação das ONG à Conferência governamental, foi composta de uns trinta membros, distribuídos entre grupos regionais (África, Ásia, Pacífico, Europa Ocidental e outros, América Latina e Caribe, Europa Central e Oriental) e temáticos (mulheres, nativos, crianças, jovens, refugiados e pessoas deslocadas, pessoas de cor na Europa Ocidental e outros, povos não representados, ONG internacionais). Prefigurou uma nova geografia da comunidade não governamental, pelos menos durante a Conferência mundial.

É preciso admitir que o NLC também não atendia a todas as garantias de legitimidade, ela constituía a única estrutura de diálogo entre a comunidade dos militantes e as Nações Unidas. Tem que se admitir que cumpriu com o seu mandato, e com eficácia. Desta forma, conseguiu, dentro de apenas 24 horas, chegar a uma distribuição equitativa dos 550 credenciais atribuídos aos representantes não governamentais entre os 2500 participantes, antes de obter a abolição dos que acreditavam. Igualmente ajudou na apresentação de intervenções orais conjuntas, sem as quais a maioria das associações não teriam tido a possibilidade, por falta de tempo, de se dirigir aos Estados. Além disso, estabeleceu um sistema de informação quotidiana das ONG, sobre a evolução da Conferência governamental, e mais particularmente sobre

as negociações da Comissão de redação. Deste modo, o NLC foi finalmente escolhido pelos participantes não governamentais para assumir durante, no máximo, seis meses, a coordenação da fase pós-Viena.

Ele dirigirá, em particular, as discussões da Ecosoc sobre a possibilidade de reforma das regras de acesso das ONG às proceduras e aos órgãos da ONU. Isto é o desafio mais difícil, o mais importante e o mais urgente, a enfrentar, para que perca a nova distribuição das cartas não governamentais. Porém, enquanto as discussões da Ecosoc sobre este assunto começaram rapidamente desde julho, as ONG apenas estão superando a aventura de Viena. Persiste a divisão entre as ONG internacionais com estatuto consultativo, ainda preocupadas por manter os seus «direitos adquiridos» ou reticentes para dividi-los, e as associações locais. Entre as últimas, muito entenderam que deviam sua participação à Conferência mundial ao «lobbying» furioso, nos últimos dois anos, de umas trinta, das primeiras. De volta ao seu país, continuam assistindo, de longe, os debates realizados nos locais da ONU. Quanto aos governos, utilizam da demagogia ao máximo, defendendo a necessária «democratização» das proceduras da ONU.

Mas as concessões deles tem duas caras, pois alguns Estados só aceitam a abertura total às ONG para infiltrar os seus agentes nelas. Outros governos, que manifestam o mesmo zelo para «evoluir no sentido da história», sugerem a supressão, ao mesmo tempo, do direito de palavra das ONG. Esta prática, que é simbolicamente essencial mas também muito frágil, não poderia sobreviver, segundo elas, a um crescimento notável do número de ONG admitidas. O grupo de trabalho governamental criado pela Ecosoc sobre estas questões altamente políticas reunir-se-á nos próximos meses e apresentará o seu relatório em julho de 1994. As ONG, inclusive as que não têm estatuto consultativo, vão poder participar. Apesar do risco dos governos estabelecerem novas regras de jogo na sua ausência, as associações locais e temáticas vão ter entretanto que formular exatamente o que esperam das ações da ONU. Por outro lado, devem, junto com as suas homólogas internacionais, tomar consciência da imperiosa necessidade de desenvolver entre si mesma uma relação baseada na complementaridade das competências. É difícil cumprir com estas duas condições em tão pouco tempo, mas é necessário para que a mensagem de Viena seja expressada... e entendida.

ANTOINE BERNARD, FIDH

O Big Bang das ONG

Na capital austríaca, o mundo das ONG iniciou a sua perestroika, reconhecendo às associações locais, especialmente do Sul, o espaço que lhes é devido a nível internacional. Doravante é preciso consolidar esta evolução e deixá-la ratificar pelos órgãos da ONU.

Pobreza banalizada, cidadania renegada

A Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos reconheceu o direito ao desenvolvimento. Será suficiente, quando as regras do mercado internacional ficam sem mudar? Não teria sido melhor, em Viena como no Rio, adotar uma visão mais global, integrando os direitos da pessoa e dos povos nos próprios contextos sociais e ambientais? Discussão.

Cidadania renegada. Isto é a parte de dois terços dos homens, das mulheres e das crianças deste planeta, o mesmo sendo mais severo e prejudicial para alguns deles. A pobreza, fator maior, mas não único, da privação da cidadania efetiva, muitas vezes leva a uma agravamento dela. Então precisa-se entender "de modo diferente" o que está acontecendo e procurar por outro lado as vias de uma sinergia entre as lutas contra a miséria, a opressão, os prejuízos à cultura e ao meio ambiente. Por isto é preciso questionar-se primeiro sobre a vivência concreta, a nível do "micro", no momento, e por outro lado, ao nível do macroscópico das tendências pesadas e a longo prazo.

Pobreza e cidadania estadísticas, sem muito interesse quando são vistas globalmente, podem tornar-se significativas quanto estão no mapa de uma cidade ou de um país, como os "isohietos" que delimitam uma zona rural em dificuldade, ou como as linhas que seguem um bairro popular, com os seus moradores e problemas.

Aliou, Tom ou Pedro acorda, sai da sua barraca. Coça a cabeça e se diz: «O que estou fazendo aqui? Seria preciso sair do meu interior? As disparidades socio-culturais, como dizem...». Primeiro, ele procurou um refugio sobre um terreno "ilegal". O "bulldozer" o obrigou a ir embora. Reconstruiu a barraca em outro lugar... Onde está o direito humano, do qual falam no rádio, de ter um lugar para morar, no qual ele e a sua família possam ter alguma segurança, uma intimidade para refazer as forças e enfrentar o dia seguinte? Ele olha ao redor de si. Montes de lixo, ratos, mau cheiro: mas não é verdade que o bairro paga uma taxa chamada de "levantamento"? Mas não "levantam" nada.

Água dentro da bacia, esquentada por um fogo feito com pedaços de madeira recolhido pelas crianças. O carvão de madeira é caro, e a eletricidade, chamada de serviço público, é para os outros bairros.

Aliou, Tom ou Pedro bebe um chá ou um café fraco, com um pouco de leite. Primeira referência do dia à "modernidade"... Dois produtos da Nestlé: o resultado da publicidade.

Apesar da pobreza ambiente, este homem

é cidadão do mercado mundial. Ele vai embora, por caminhos incertos, vai esperar pelo ônibus na fila. Antigamente, se balançando, passavam por toda a cidade, acontecesse o que acontecesse. Mas a companhia foi privatizada. Então só vem um ônibus todas as quatro horas, pois o serviço deste bairro não é rentável. Por motivo de reajuste estrutural e para relançar a economia, cada um tem que tirar o máximo proveito das suas atividades. O novo diretor da companhia maximiza os seus ganhos. Aliou, Tom ou Pedro não consegue controlar-se: ele grita, gesticula, se zanga com os ônibus, contra a prefeitura municipal, o governo... Alguém se aproxima e lhe mostra um cartão: «Como ousa? Você é cidadão deste país? Onde estão os seus documentos?» Aliou, Tom ou Pedro não sabe o que é este cartão que o outro lhe mostra. Certo, já ouviu falar que era cidadão. Mas em qual percentagem? 2% ou 10%? Um documento de identidade? Não tem. Era preciso voltar à cidade natal, pedir um certificado de nascimento —um nascimento que, na realidade, não foi registrado. Com muita paciência e um pouco de dinheiro, teria obtido um documento que lhe dava a possibilidade de obter, talvez, depois de tanto trabalho outro documento...

Cidadãos do mercado mundial

Aliou, Tom ou Pedro engole o seu rancor. Um pobre não tem direito à palavra? Ele se apressa. Vai vender meias na rua. Sem patente, sem autorização, fora da lei, mais uma vez. Todo o dia, ele fica olhando a polícia passar, pois teme que venham confiscar a sua pouca mercadoria. Enquanto usa de astúcias com os policiais, Maria, a sua esposa, já foi pegar água. Limpou, lavou e cozinhou. Água, um direito? Tem que pagar por ela, na torneira dos vizinhos. Ela volta à sua casa: as crianças não saíram para a escola. «Tu, o mais velho, porque?» «O professor me mandou embora: não tenho mais caderno, não paguei a cooperativa, não estudei bem. Faz muito tempo, que tenho dificuldade para dormir, de noite. Os mosquitos...» Este filho, que representa toda esperança, terá condições de ajudar a sua família para sair da pobreza? E amanhã, será plenamente um cidadão do mundo? E Aliou, Tom ou Pedro? O que

é que ele pensa da banalidade, da miséria, da opressão escondida que vive no dia a dia? Qual é, como dizem, o seu nível de consciência, de aceitação, de resistência ou de rebelião? Está escrito em algum lugar que ele tem o direito de olhar para cima, de viver com dignidade? Tem a promessa de uma economia e de uma sociedade que possam ser dele? E o que sabem, o que pensam os que decidem, a vários níveis e diferentes espaços que se justapõem ou se encaixam? Tem direito só a indiferença? Quando chega a este ponto, o questionamento leva a se situar em outra escala e dentro de outras perspectivas, tanto à nível do macro e em longo prazo.

Mudar de nível, de visão, de linguagem —mas sem problemas. Sempre uma violência complexa, às vezes aberta, às vezes latente, mas geralmente dividida em temas, setores e áreas de ação, falsificando e deformando a realidade. Com a economia, é da mesma forma. Neste caso, os participantes do grande jogo são o G7, o FMI, o Banco Mundial e o GATT. Aliou, Tom ou Pedro apenas sente as conseqüências mais afastadas. O ajuste abre largamente as portas dos países do Sul ao mercado mundial —"livre" como dizem (abusando da palavra), como o lobo solto no curral aberto. Aqui, pobreza e direitos humanos não têm nada a ver. As palavras chaves são competitividade e proveito máximo. Desta forma, crescem no Sul algumas enclaves, ao mesmo tempo que continua a degradação dos termos de câmbio, o peso da dívida externa, a acentuação das disparidades socio-espaciais, o crescimento do sub-emprego e o número dos abandonados do sistema. Em muitos países se está aproximando ou passando do nível de desigualdade além do qual não é mais possível respeitar o meio ambiente, chegar a um consenso mínimo sobre o bem comum. Então, como é possível distanciar-se desta atitude puramente econômica? Como restituir a economia, que resulta de uma tensão permanente entre competitividade e solidariedade, no contexto global de "meio ambiente, pobreza, direitos humanos"? Como induzir novas políticas internacionais, regionais e locais?

Na situação presente, as médias dominantes não podem ajudar muito. Lembremos quanto custou à Unesco sua tentativa de nova ordem mundial da comunicação. Se eles podem ser sensíveis à violência ou à

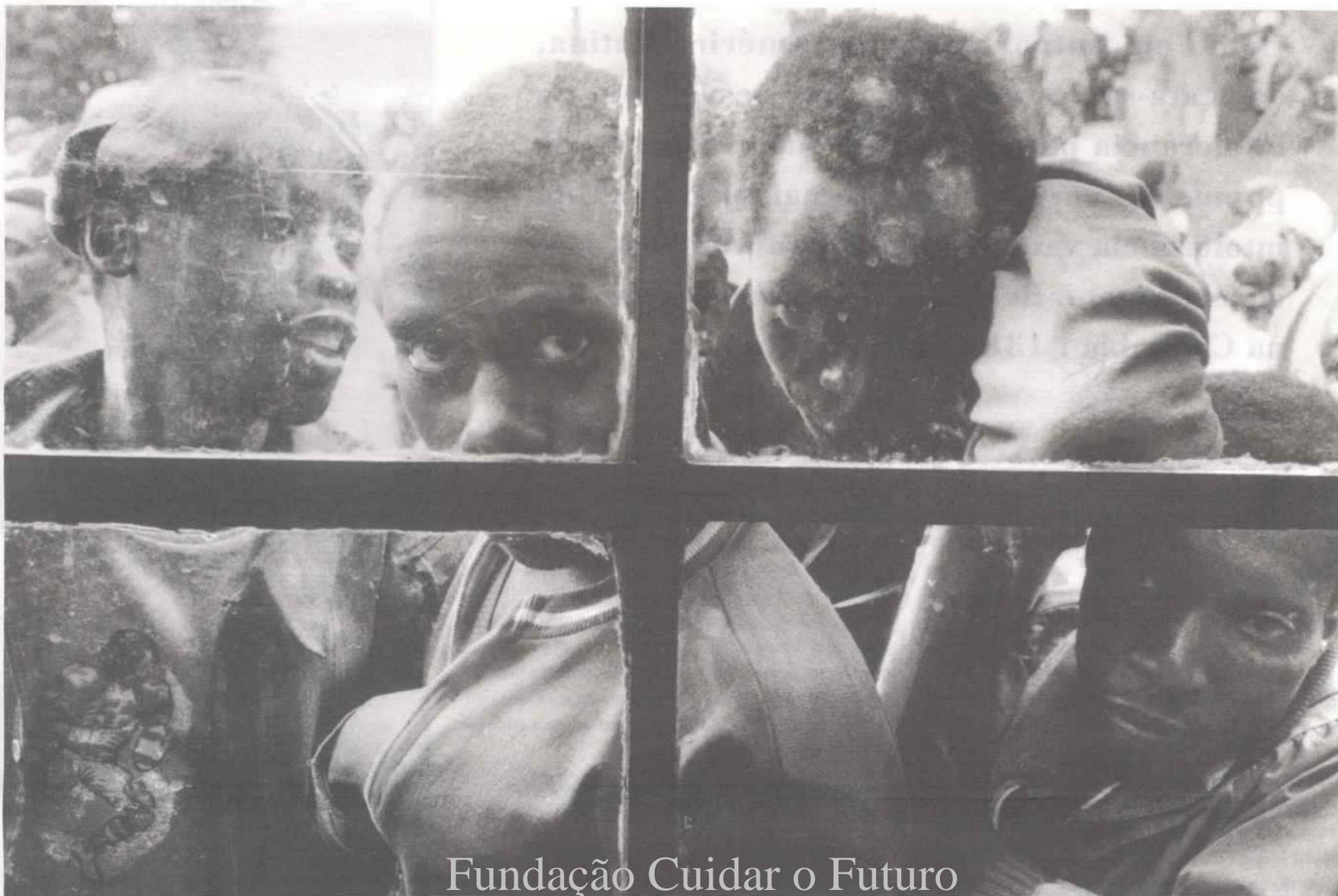
miséria quando são espetaculares, as grandes médias não dão a palavra aos habitantes do interior ou das favelas —mas sem os quais nada poderá mudar de maneira significativa— deixam pouco espaço, e uma ordem dispersa à informação e à formação, com relação aos direitos humanos, ao meio ambiente e ao desenvolvimento. Nas mãos de publicitários ou do poder, servem, com algumas exceções corajosas, bem mais para fabricar consumidores para o mercado mundial do que cidadãos no pleno sentido da palavra.

A massa mediática

As médias divulgam essencialmente, o modelo internacional standard que, no Sul, mistura os valores de bem comum e de solidariedade —no quais a "gestão participativa", ou melhor, democrática, do meio ambiente, assim como um verdadeiro desenvolvimento, poderiam apoiar-se a longo prazo. Como trazer estas médias, impregnadas do monólogo ocidental, e transformá-las em um instrumento importante para uma melhor compreensão dos problemas, da sua estreita ligação e dos caminhos que se há de seguir para resolvê-los?

Diante a mundialização econômica e mediática, como se pode situar, a nível de todo o planeta, este impulso da Conferência de Viena em direção aos direitos humanos universais? Isto pode ser considerado tanto sob um aspecto entusiasmante como preocupante. Pode perguntar-se, até onde o direito ao desenvolvimento domina os outros direitos. Sem precisar necessariamente dividi-los, pode-se entender algumas reticências do Terceiro Mundo, e mais particularmente da Ásia, com relação a este assunto. Cidadãos orgulhosos trazem de sua cidade seu cavalo de Tróia do mercado livre e da democracia ocidental: o que vai ter de estranho nisto?

Primeiramente, atrás desta pergunta, é preciso desapossar o alibi, rasgar as máscaras da originalidade cultural que cobrem as misérias e as opressões, assim como a dádiva de uma pseudo-democratização que esconde uma pobreza que perdura. Bem, todas as culturas deste mundo tiveram e têm desempenhado o seu papel na elaboração e na realização dos direitos da pessoa e dos povos, surgida da diversidade



Fundação Cuidar o Futuro

Até quando a cidadania efetiva vai ficar fora do alcance destes homens ?

© Sebastião Salgado/Magnum

das terras e das cidades. O inaceitável seria contudo, que esses direitos de inspiração budista, hinduista, árabe, africana, indiana, etc. sejam reduzidos a integrar-se, de maneira ou de outra num sistema monológico e etnocentrado, de fato irrealista, pois supondo a existência de um espaço indiferenciado e princípios intemporais. Os conceitos e as ações só podem ser aceitos através da cultura e da linguagem própria de cada um. E o futuro destes direitos humanos, supõe que sejam interiorizados, levados [com relação ao passado e ao presente] pelos diferentes grupos humanos. A tarefa mostra-se árdua e múltipla. Recontratar os direitos humanos nos seus contextos ambientais e sociais. Admitir que o direito –muitas vezes libertador– pode, se for concebido e aplicado a contra-cultura, torna-se opressor. Aceitar por exemplo, uma leitura adaptada em áreas como direitos da criança/solidariedade familiar, centragem exclusiva sobre o indivíduo/tomada em conta da família e do grupo, decisão maioritária/procura do consenso, etc. E porque não admitir que há espaço suficiente para uma verdade jurídica relativa, com condição que seja positiva para os que estão diretamente envolvidos ? Desta forma pode-se evitar a

dominação de um direito rígido e aparentemente desincarnado, mas saído de uma única fonte, para o proveito de um vínculo jurídico à geometria variável, de um quadro comum adaptado a cada contexto econômico e socio-cultural, e ao serviço da luta contra a pobreza, para a liberdade individual e coletiva, e para o melhoramento do meio ambiente.

Da favela de Aliou, Tom ou Pedro, ou daquele lugar perdido no mato do Ruanda ou do Paraguai, até os movimentos do mercado mundial e das instituições internacionais, interferem, conjugam-se ou opõem-se os fatores que afetam a pobreza, a cidadania e o meio ambiente de uma multidão.

Longe do Rio

Estes fatores devem ser analisados juntamente, como um conjunto. É preciso pensar e atuar, tanto a nível do micro como do macro, tanto a curto como a médio, e longo prazo, mas com o mesmo impulso. Desta forma, toda associação ou instituição especializada em um ou outro setor da área de pesquisa, tem que participar na luta para a cidadania efetiva e para o desenvolvimento ambiental, e trazer a sua expe-

riência como contribuição a uma indispensável convergência dos esforços. Na realidade, trata-se de duas ações contíguas. A primeira, é atuar em várias frentes : meio ambiental, pobreza, direitos humanos. A segunda, levar uma luta em comum. No terreno, no quotidiano, toda forma de "cortes" feitos nos problemas e nas esperanças de Aliou ou de Pedro atrasam ou contrariam as possíveis soluções. Ao nível do mundo e a longo prazo, as conferências temáticas –virando as costas ao espírito do Rio– deixam nas mãos das comissões e dos especialistas, áreas de intervenção divididas artificialmente : é preciso trabalhar mais em interface, e interconexão.

Seria um fator perturbador para a população, desarrazoada pelas instituições internacionais, os governos, as associações e os grupos de base, e dispendioso, para todos, fazer separadamente a pesquisa –sobre o meio ambiente, o desenvolvimento, os direitos humanos, a educação, a informação– a definição e a aplicação das normas jurídicas e das ações no terreno.

Viena, como o Rio, indica a mesma exigência : pensar em sinergia, pensar de modo diferente.

JACQUES BUGNICOURT, ENDA TM

"Bana-banas" banidos

É preciso que os irregulares entrem na norma e que os ladrões sejam eliminados. Foi com este objetivo que o Governador de Dakar resolveu em junho passado limpar as ruas da cidade afim de expulsar todos os "bana-banas", quer dizer, os comerciantes ambulantes, vendedores de rua e todos aqueles que tentam sobreviver trabalhando de biscate na capital do Senegal. Está certo que é uma forma de "limpeza social" diferente da que é praticada na Colômbia (cf. páginas seguintes), mas essas operações de "saída forçada" privaram dezenas de milhares de Dakarêses de um emprego que, muitas vezes, faziam sobreviver desta forma as suas famílias e, além disso, atendiam às necessidades dos pequenos consumidores. Essas medidas inscrevem-se "na linha direta do espírito Banco Mundial", cujos especialistas aconselham fiscalizar os "informais", quer dizer aqueles que estão fora da lei do mercado internacional. Lamentando a destruição de um setor inteiro da economia popular de Dakar, Enda TM publicou uma edição especial de Vivre Autrement consagrada a este acontecimento e às reações que suscitou entre os vários atores da vida social senegalesa. Este número pode ser obtido através de Dominique Ben Abdallah e de Habib Thiam, Enda TM, 54, rue Carnot, Dakar, Sênégala. Tel : (221) 21 37 59.



Como em outros países da América Latina, constata-se na Colômbia um crescimento de intolerância por parte de certas categorias da população em direção aos mais pobres. Esta intolerância vai até ao roubo, a intimidação e ao assassinato. Resultado de três anos, somente na Colômbia : 1384 mortos.

O fenômeno chamado "limpeza social" só tem reforçado. Ele se manifesta-se pelo fato que vários grupos têm como objetivo a "prevenção, a desinfecção e a fumigação", para "eliminar" setores da população que consideram como prejudiciais, quer dizer, indesejáveis. Esta prática, consiste, entre outras, em recuperar, privatizar e proibir o acesso a certas zonas do espaço público, ao custo de todos os que exercitam uma atividade de recuperação de materiais recicláveis, mas também de todos aqueles que trabalham na rua : crianças e jovens da rua, prostitutas(as), vendedores ambulantes e jovens dos bairros populares.

Como mostra a pesquisa do Centro de Pesquisa e Educação Popular (Centro de Investigación y Educación Popular - CINEP), este fenômeno é caracterizado não só pelo meio social das vítimas, mas também pelos lugares nos quais se manifesta, e pelas intenções e motivações dos matadores. Além disso, as formas sob as quais se manifesta e os mecanismos usados para a sua justificação lhe dão uma forte conotação ideológica e simbólica. A mesma vai muito além dos próprios fatos, transformando-se em uma forma sutil de condicionamento e de controle da sociedade. «A forma de violência chamada "limpeza social" caracteriza-se pelo assassinato de pessoas que fazem parte de uma população marginalizada, escreve Carlos E. Rojas. Ela visa reforçar ou, ao contrário, castigar certos modelos de identidade social e de com-

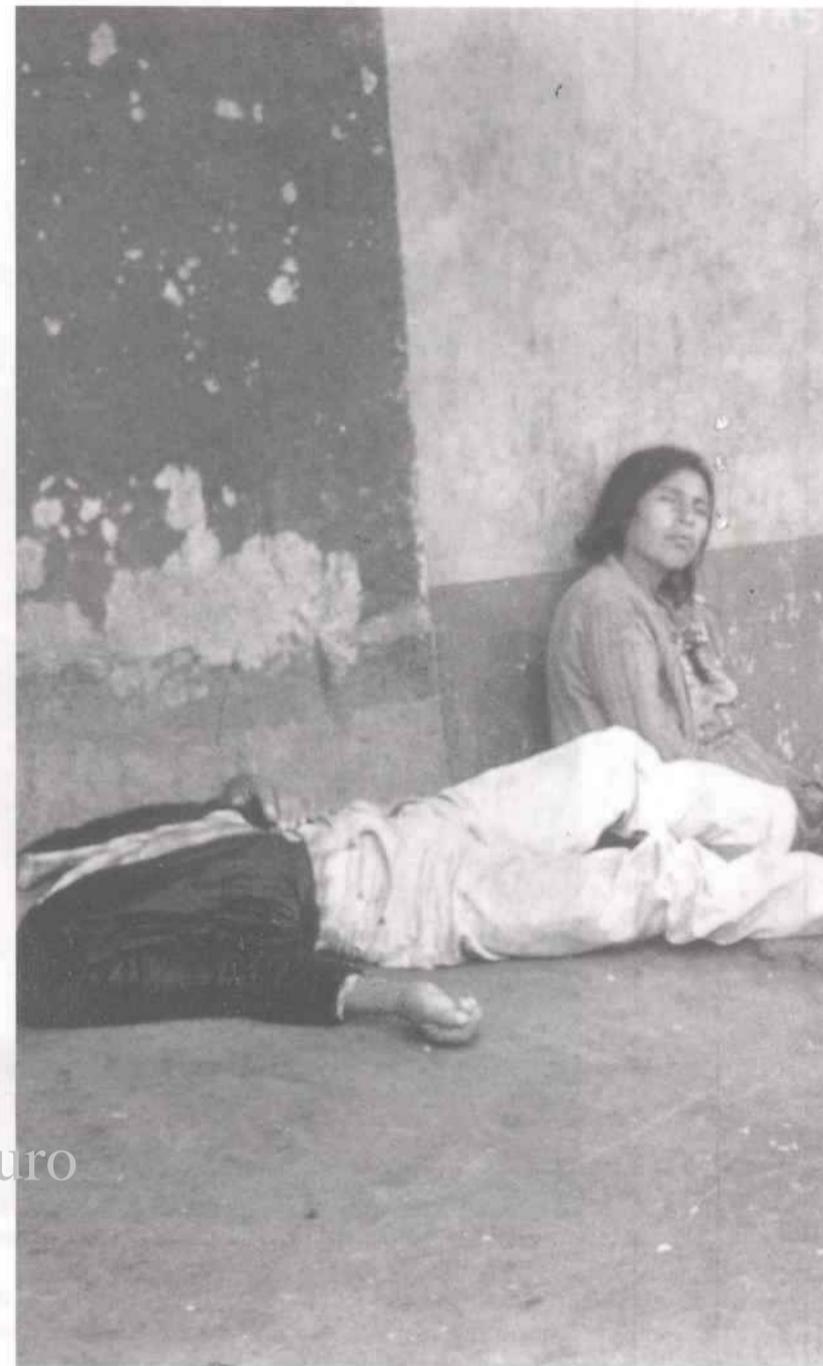
portamento; ela é o produto de ideologias que apresentam-se como "soluções" alternativas (totais ou parciais) a problemas sociais como a pobreza, a delinquência, a droga, a prostituição e a homossexualidade, entre outras. Além disso, ela também visa impôr ao conjunto da sociedade um comportamento social considerado como sendo aceitável. Baseando-se sobre concepções ideológicas, os seus inspiradores ou executantes podem ser os que sofrem os postulados das mesmas, mas em geral se trata das camadas sociais que vêem naqueles que têm um comportamento "a castigar" uma ameaça para os seus interesses ou as suas esperanças.»

Ideologias e lógicas econômicas

Entre 1988 e 1991, foi contado na Colômbia 1384 assassinatos, ligados ao fenômeno de "limpeza social", 75% dos mesmos em zona urbana. Em Bogotá, foi registrado 127 assassinatos no curso do mesmo período, 65% das vítimas sendo pessoas para as quais a rua é o principal lugar de vivência : indigentes, *gamins* (crianças que vivem sozinhas na rua), drogados, delinquentes e homossexuais. A metade das mortes tiveram lugar nas localidades de Santa Fé, Ciudad Bolívar e Los Martires, e afetaram principalmente prostitutas(as), geralmente vindos(as) dos bairros populares, indigentes, drogados e pequenos comerciantes.

Além da ideologia, a "limpeza social" se inscreve no quadro de uma lógica econômica estreitamente ligada à colonização, à recuperação e à privatização de espaços públicos. Esta lógica, apoia-se sobre um discurso sutilmente moralizador de reorganização social, ética e estética da cidade. É preciso dizer que uma boa parte dos assassinatos ocorrem justamente no momento que são encarados ou estabelecidos planos de urbanização, de recuperação e de saneamento dos espaços urbanos, de reforçamento das medidas de segurança ou de reabilitação de bairros comerciantes. Exemplo : em março 1993, anuncia-se a reabilitação da Plazoleta del Voto Nacional (*El Espectador*, 31 de março 1993), que é um setor freqüentado por crianças da rua, recuperadores e prostitutas(as).

No mês seguinte, são registrados acidentes e agressões contra essas pessoas. Por outro lado, o desenvolvimento da "limpeza social" é ligado aos ataques contra os lugares públicos e contra as instâncias coletivas que desempenham um papel de arbitragem nos conflitos sociais (vizinhança, paróquias, comunidades, etc.), e à privatização desses lugares. No curso da sua história, o país mais de uma vez foi colocado nesta situação. E na última década,



Em Bogotá, dois terços de vítimas de assassinatos vivem na rua.

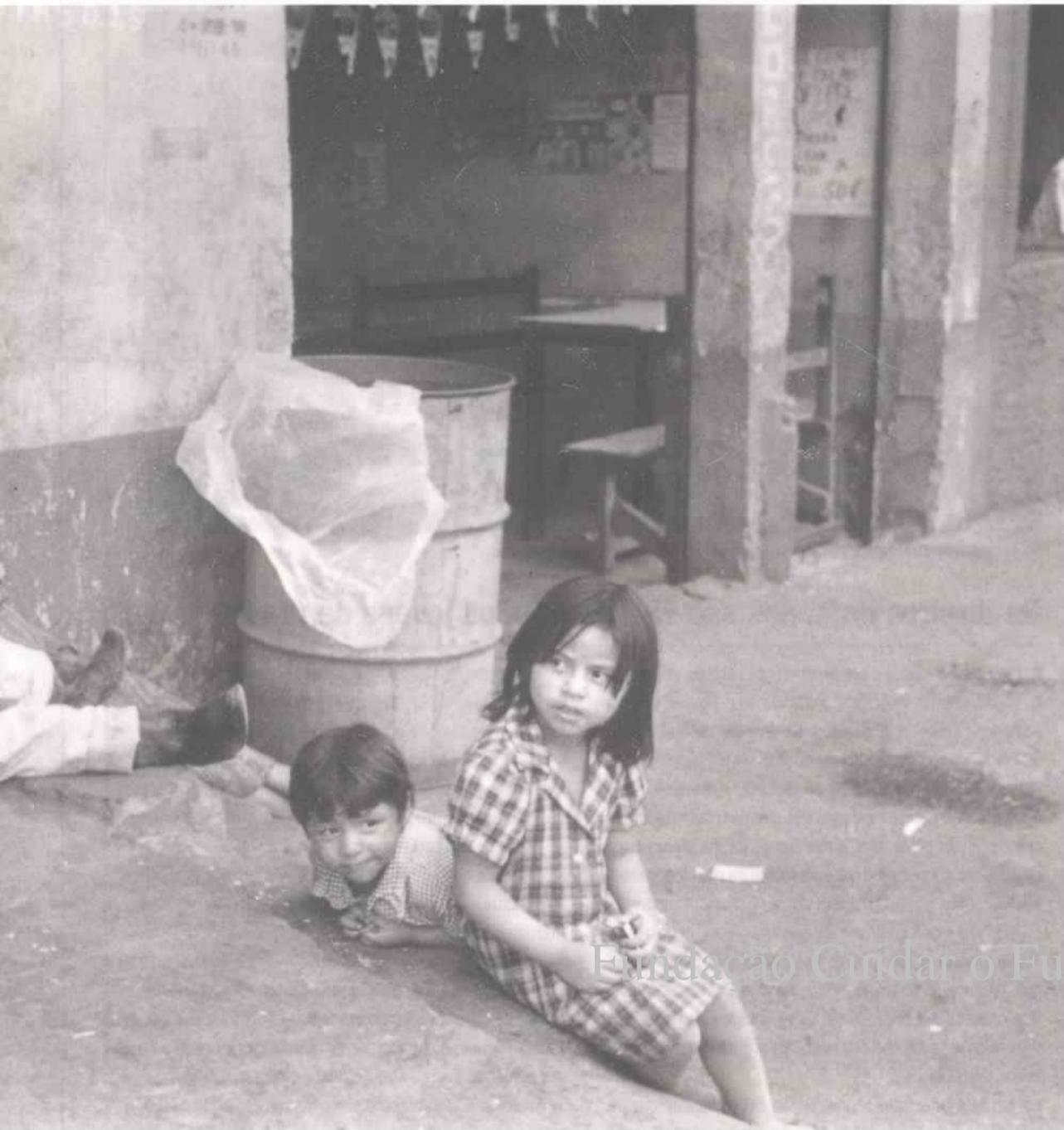
As vítimas da "limpeza social" em Bogotá, por categorias sócio-profissionais (1988-1991)

C.S.P.	Número de vítimas	%
Mendicos	14	11
Crianças das ruas	15	11,8
Drogados	26	20,5
Delinquentes	53	41,7
Homossexuais	1	0,8
Lixeiros	3	2,4
Operários	2	1,6
Estudantes	1	0,8
Não identificados	12	9,4
TOTAL	127	100

Fonte : Banco de dados sobre os Direitos do Homem do CINEP.

Purificação a moral ao

a mesma só piorou por causa da generalização da violência. Estas condições favoreceram a radicalização do discurso e dos métodos que caracterizam o fenômeno. Da mesma forma, o proveito econômico que representam para certas pessoas os espaços deixados livres pelas vítimas dos assassinatos e das ações de intimidação, só pode reforçar o fenômeno. Este acaba transformando-se em uma dinâmica de concorrência que afeta não só as terras agrícolas, mas também a selva urbana. Naturalmente, com a intolerância como tela de fundo, a população acaba acostumando-se à fascização da sociedade, como já aconteceu nas zonas rurais de conflito. A renúncia, consciente ou não, dos habitantes à noção de "rua" como sendo o principal lugar público da cidade,



Dennis Budd Gray/Unicef

Fragmentação social : o serviço do crime

ocorre paralelamente ao domínio discreto, silencioso no início, e depois, barulhento, violento e enoxorável, de outros setores da vida social. Porém, talvez vale a pena que a nossas cidades se perguntem até que ponto podem renunciar a um espaço público; ou simplesmente se isto não é uma noção que, por motivos históricos (choque das culturas índia e europeana), ainda não tem vivido por um tempo suficiente e, por isso, não pode produzir um processo acabado de apropriação.

O jogo que se pratica na rua consiste em renunciar, para os que habitam a cidade pré-caótica, e a ocupar, para os que chegam depois. Se reafirma no que foi, no curso da história dos nossos países, o estabelecimento do público e do privado, quer dizer, a maneira de delimitar o ter-

ritório, de determinar e manter o espaço vital. O "público" é apenas percebido como um espaço indefinido, "de ninguém", como um território anônimo que, talvez, é o produto de renúncia ou da falta de interesse da maioria, ou ainda como um lugar abandonado desde o seu nascimento, e sobre o qual não houve nenhum compromisso. Nenhuma norma é reconhecida nem assimilada, quanto ao uso e ao direito de uso deste espaço, fora do direito escrito.

Porém, parece que certas práticas foram normalizadas para a ocupação do mesmo, para a conversão de partes mais ou menos importantes deste território "de ninguém" em espaço "privado". Como consequência da sua percepção do espaço público como sendo um espaço a ser

colonizado submetido às leis da "força", ou os que utilizam-na e impõem-na tornam-se credíveis, com o acordo subentendido ou expresso dos outros, inclusive do Estado, da utilização deste espaço.

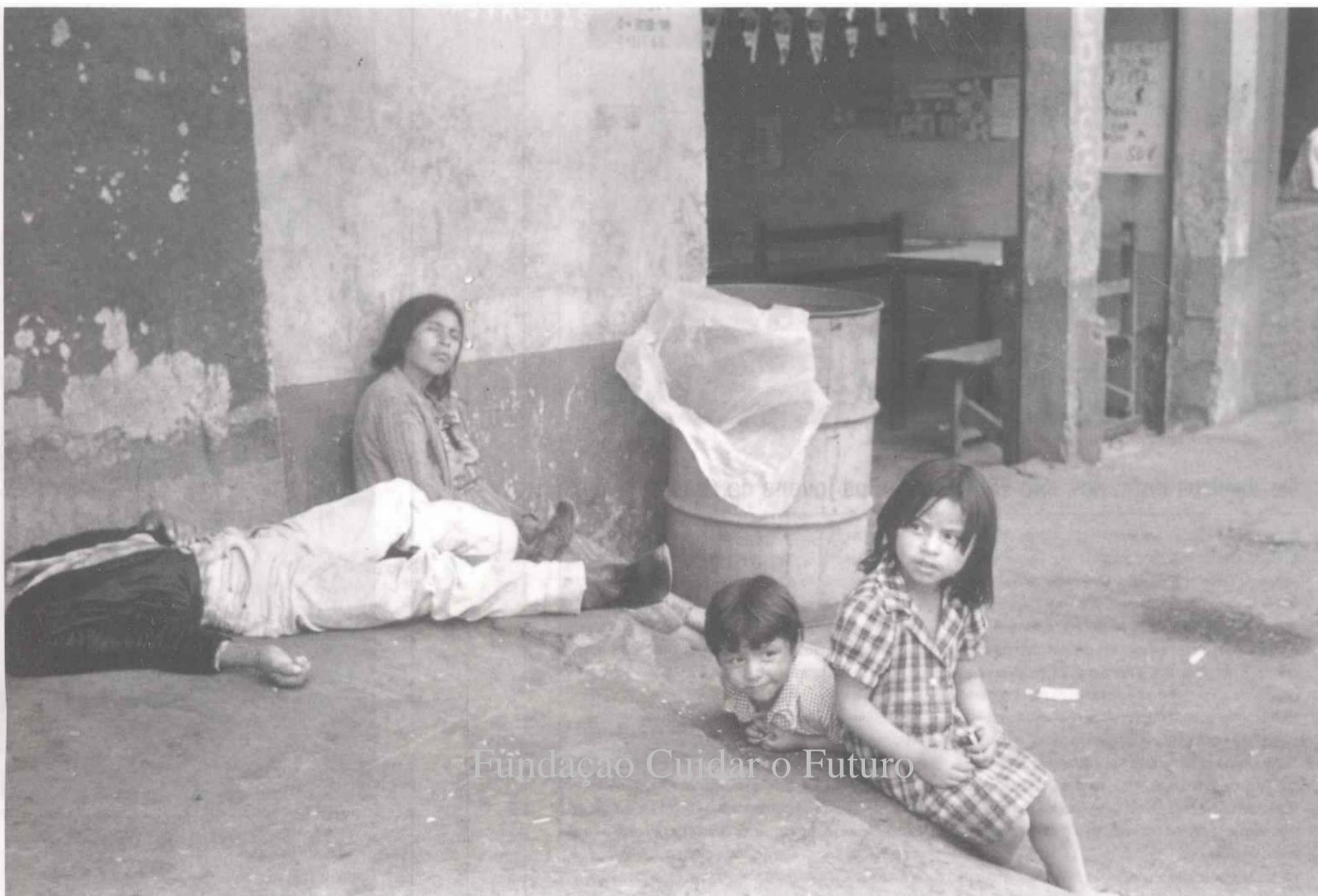
Resulta-se então na expressão de uma dinâmica contínua conquista, de poder e de força, deslocação e de submissão. Então pode-se dizer que é a força que dá ou tira o título de propriedade deste território. Por exemplo as lojas, médias ou grandes, recuperam para a defesa da própria atividade, eminentemente privada, zonas, ruas e avenidas inteiras ao detrimento dos pequenos comerciantes e outros "suspeitos" que, segundo elas, afastam a sua clientela: recolhedores de lixo reciclável, turmas de jovens nas esquinas das ruas, pessoas velhas indigentes, prostitutas(as) e, em geral, todos aqueles que podem representar um obstáculo ao desenvolvimento da sua atividade. Para recuperar estes espaços, apoiam-se sobre diversas alianças: residentes, vigilância privada, autoridades civis, brigadas cívicas, comerciantes, polícia, grupos de pressão pela intimidação, turmas de marginais, grupos de resistência e, finalmente, diversas combinações destas opções. Afinal de contas, tudo isso resulta, como vimos, em uma "força" enorme e em métodos mais agressivos que os que feitos pelas pessoas deslocadas ou que podem ser deslocadas.

A conquista de novos territórios

Desta forma, a metrópole apresenta-se como um aglomerado de territórios incontroláveis no seu conjunto, como uma fragmentação e uma diluição do espaço público em pequenas e grandes propriedades, protegidas e ameaçadoras, sob a dominação dos acordos e das alianças entre os grupos sociais. Estes dispõem de todos os tipos de poderes para ocupá-las. Conseguem colonizar ou mudar de local, pelo uso de uma "força" cada vez maior, espaços cada vez mais numerosos para o proveito do setor privado.

O que se chama geralmente "limpeza social" sempre foi a causa de mortes. No enquanto, além das ações levadas contra o pessoal da rua, que geralmente é fatal para as vítimas, ainda mais numerosos, são os casos nos quais se fazem pressões sob forma de intimidação, "punição", obrigação, intimação, deslocação pacífica ou violenta, de confiscações ou detenções arbitrárias. Como exemplo, vamos lembrar alguns desses fatos perpetrados contra os recuperadores de lixo sólido, das crianças e dos jovens da rua, assim como dos vendedores ambulantes.

A recuperação de materiais recicláveis não é um trabalho reconhecido pela lei. Esta falta de reconhecimento e a incoerência das políticas e das normas jurídicas sobre o assunto, junto com a voracidade dos diferentes setores que desejam colonizar novos espaços, resultam em uma atitude generalizada de rejeição social e de intolerância extrema com relação a esta atividade. Muitas vezes, o material dos recuperadores foi queimado, estes trabalhadores foram afastados dos seus lugares de encontro habituais, atropelados por carros, maltratados e vítimas de diversas agressões por parte das autoridades. Os recicladores afirmaram durante os diferentes seminários organizados pelas ONG que os acidentes de trânsito eram a forma de agressão à qual eram mais expostos. Os casos de violação dos direitos humanos contra eles são inumeráveis. No entanto, a falta de meios para denunciá-los e para assistir as vítimas, sem falar da mobilidade delas e, muitas vezes, do anonimato no qual se exercita este trabalho, fazem com que esses fatos se percam entre as inúmeras



Em Bogotá, dois terços de vítimas de assassinatos vivem na rua.

Dennis Budd Gray/Unicef

Purificação social : a moral ao serviço do crime

a mesma só piorou por causa da generalização da violência. Estas condições favoreceram a radicalização do discurso e dos métodos que caracterizam o fenómeno. Da mesma forma, o proveito económico que representam para certas pessoas os espaços deixados livres pelas vítimas dos assassinatos e das ações de intimidação, só pode reforçar o fenómeno. Este acaba transformando-se em uma dinâmica de concorrência que afeta não só as terras agrícolas, mas também a selva urbana. Naturalmente, com a intolerância como tela de fundo, a população acaba acostumando-se à fascização da sociedade, como já aconteceu nas zonas rurais de conflito. A renúncia, consciente ou não, dos habitantes à noção de "rua" como sendo o principal lugar público da cidade,

ocorre paralelamente ao domínio discreto, silencioso no início, e depois, barulhento, violento e enxorável, de outros setores da vida social. Porém, talvez vale a pena que a nossas cidades se perguntem até que ponto podem renunciar a um espaço público; ou simplesmente se isto não é uma noção que, por motivos históricos (choque das culturas índia e europeia), ainda não tem vivido por um tempo suficiente e, por isso, não pode produzir um processo acabado de apropriação.

O jogo que se pratica na rua consiste em renunciar, para os que habitam a cidade pré-caótica, e a ocupar, para os que chegam depois. Se reafirma no que foi, no curso da história dos nossos países, o estabelecimento do público e do privado, quer dizer, a maneira de delimitar o ter-

ritório, de determinar e manter o espaço vital. O "público" é apenas percebido como um espaço indefinido, "de ninguém", como um território anônimo que, talvez, é o produto de renúncia ou da falta de interesse da maioria, ou ainda como um lugar abandonado desde o seu nascimento, e sobre o qual não houve nenhum compromisso. Nenhuma norma é reconhecida nem assimilada, quanto ao uso e ao direito de uso deste espaço, fora do direito escrito.

Porém, parece que certas práticas foram normalizadas para a ocupação do mesmo, para a conversão de partes mais ou menos importantes deste território "de ninguém" em espaço "privado". Como conseqüência da sua percepção do espaço público como sendo um espaço a ser

coloniza-
zam-na
subenter
da utiliz
Resulta-
conquist
Então p
de prop
médias
atividad
inteiras
"suspeit
recolhed
nas das
em geral
culo ao
rar estes
dentes,
cívicas,
midaçã
finalmer
de conta
enorme
pelas pe

Desta fo
merado
uma frag
pequena
doras, s
os grup
poderes
de local
ços cada
privado.
O que s
a causa
contra o
vítimas,
fazem pr
gação, i
confisca
vamos le
recupe
da rua, a
A recupe
reconhe
incoerên
assunto,
que des
atitude
extrema
material
dores fo
tuais, at
diversas
dores af
zados p
forma d
de violaç
veis. No
assistir a
tas vezes
fazem o

anedotas da vida de rua, e passem inapercebidas pelas autoridades competentes e, muitas vezes, da imprensa. Uma das manifestações da "limpeza social" que mais chocou o país e a imprensa internacional foi a descoberta, dentro da Universidade Livre da cidade de Barranquilla, em março 1992, o assassinato de 11 pessoas, a maioria delas sendo recicladores de lixo. Os corpos delas haviam sido usados para experiências pelos estudantes da Faculdade de Medicina.

Mas também as crianças e os jovens da rua são vítimas fáceis. Certos grupos de comerciantes, principalmente os do centro da cidade, obrigam-lhes a afastar-se do seu setor de trabalho, através de agressões, quer sejam com espancamentos ou até mesmo, pagando escadrões que intimidam-lhes brutalmente e até matam. Da mesma forma, as batidas organizadas regularmente pela polícia metropolitana no quadro da intensificação da vigilância e do reforçamento da segurança no centro das cidades, nos bairros comerciantes e residenciais, fazem com que as crianças e os jovens das ruas sejam espancados e ameaçados. É o que acontece geralmente com todas as pessoas para as quais, a rua é o único lugar de viver (pessoas velhas indigentes, prostitutas(as), vendedores ambulantes, etc.). Nas mesmas zonas, numerosos grupos de habitantes organizam petições para as administrações locais, as brigadas cívicas, e organizam vários tipos de ações com o objetivo de "erradicar" desses espaços, o pessoal da rua.

Contam-se em Bogotá cerca de 20 000 vendedores não declarados. São geralmente vendedores ambulantes ou pessoas que têm uma banca. Em Chapinero, quer dizer, uma das zonas onde se nota uma grande concentração de vendedores, as autoridades decidiram "erradicar os comerciantes ambulantes através da criação de cooperativas, ou simplesmente da aplicação do Código Civil, quer dizer confiscando sistematicamente as suas mercadorias e encarcerando-os" (*El Espectador*, 19 de fevereiro 1993).

O direito à rua

No mesmo bairro, na ocasião de uma mesa redonda que reunia a administração, os comerciantes locais e certas categorias de vendedores ambulantes, foi decidido que a única solução era combater a proliferação dos recém-chegados, dos "que incomodam". Este acordo deixa nas mãos dos ambulantes a responsabilidade de impedir a presença e a instalação de novos comerciantes. É urgente refazer novamente a rua em um espaço à disposição de todos, para freiar a subida da violência e, finalmente, devolver ao Estado o seu verdadeiro papel. Por outro lado, isto contribuiria à democratização da vida urbana. A construção do direito à rua deve implicar todos os atores sociais da cidade. Deve-se levar em conta não só os setores estabelecidos e formais, quer dizer, os atores visíveis, mas também e sobretudo as lógicas, percepções e noções do direito desenvolvidos pelos que lutam diariamente na rua: recolhedores de lixo, "gamines", mendigos, vendedores ambulantes, prostitutas(as), bem, todos aqueles que a consideram como o seu espaço vital, o seu mundo de referência.

Apesar da aceleração do fenômeno de "limpeza social" no país, e particularmente em Bogotá, numerosas organizações interessam-se ao problema e querem freá-lo. Por um lado, elas levam uma parte das ações de emergência, como denúncia do fenômeno, a informação e a assistência jurídica, por outro lado, fazem pesquisas tentando entender e explicar o fenômeno, para poder combatê-lo melhor.

BEATRIZ GOMEZ, ENDA AMÉRICA LATINA



Os refugiados Tuaregues muitas vezes são condenados à mendicância.

G. Pirozzi/Unicef

Os direitos humanos são válidos para os jovens da rua ?

Há uns anos atrás, um animador senegalês da equipe *Enda-Jeunesse-Action* (Enda-Juventude-Ação) chamava a atenção sobre esta questão, na ocasião de uma conferência sobre os direitos humanos reunida em Dakar. O problema continua atual. Daqui ao ano 2000, quase metade da população africana vai viver nas cidades, sobretudo nas grandes metrópoles. Ora, o número de jovens da rua cresce mais rapidamente do que o conjunto da população urbana. Como as políticas adequadas não foram iniciadas quando era tempo, pode-se esperar um crescimento da violência urbana, mais geralmente imputada a aqueles jovens que "vagueiam" nas ruas. E apesar das ONG desenvolverem projetos em favor deles, os resultados às vezes são mitigados e levam ao questionamento da pedagogia de certas organizações.

Como assegurar que a Convenção sobre os direitos da criança, que foi elaborada com muita pompa, será realmente um instrumento eficaz de proteção dos interessados? Queira ou não, é preciso admitir que o espírito deste texto, inclusive se for bem intencionado, apresenta muitas ambigüidades. Quem vai assumir os direitos das crianças? Os Estados? Os seus limites, tanto político como financeiro, são bem conhecidos. Inclusive nos países industrializados, o futuro dos excluídos, especialmente dos jovens, continua preocupar. Parece então claro, que a Convenção sobre os direitos da criança não beneficia à grande maioria das que estão em situação de pobreza.

A convenção preconiza a organização de seminários, simpósios e conferências. Retórica mais uma vez. Não tem nada de surpreendente nisso. A convenção nasceu de uma reunião entre chefes de Estado e representantes de governos. Inclusive se algumas ONG e associações participaram. Quanto às crianças presentes neste encontro, é certo que foram escolhidas cuidadosamente.

Existe ainda um problema maior: a inacessibilidade ou a ignorância da lei pelas crianças e pelos adolescentes e, de forma geral, por muitas populações. Não obstante, é possível contornar este obstáculo, levando em consideração o que as crianças e os adolescentes mesmos podem introduzir de concreto na realização e na defesa dos seus direitos. Esta perspectiva é desenvolvida no quadro do Programa regional de treinamento (*Programme Régional de Formation - PRF*) dos animadores urbanos na África de ex-

pressão francesa e portuguesa, sob a coordenação de *Enda Jeunesse-Action*. O princípio do PRF consiste em mudar o tipo de relação por um lado entre as crianças e os adolescentes que estão em dificuldade e, por outro lado, os programas que tentam atuar em favor deles. Fábio Dallape, um facilitador do PRF, resume bem o problema: «Estamos em frente de um jardim, no lugar de flores se tem crianças e jovens, quer dizer, seres humanos, e estamos assistindo à sua destruição. O nosso papel de animador é salvar e estimular os jovens. Se acham que mudar o meio ambiente pode ajudá-los, então a gente pode atingir o objetivo.»

O importante não é a capacidade do animador ou da autoridade, de resolver os problemas das crianças e dos adolescentes, mas a capacidade do último, de fazer evoluir a sua realidade social. A partir deste momento, tornam-se, com relação à instituição e ao animador, em co-pesquisadores na análise da sua realidade social. Quanto à metodologia de pesquisa-ação proposta pelo PRF, o animador deixa de ser um fornecedor de dinheiro ou um moralizador. Ele deve fazer o possível para transmitir instrumentos metodológicos aos jovens para permiti-lhes valorizar pelos seus próprios meios, as suas experiências. Escutando, observando e questionando o meio social, político, econômico e cultural, eles podem ser capazes de planejar uma ação ou um projeto.

Nas favelas e na rua, as crianças, os adolescentes organizam-se em turmas ou em associações, definem programas de auto-treinamento, de auto-educação, assegurando desta forma a própria proteção, eles assumem a sua sexualidade, resumindo, eles fazem da rua, a sua casa. Quer sejam polidores de sapatos, vendedores de rua, mendigos ou "visitadores de lixeiras", a maioria deles sacrifica a sua escolaridade para sobreviver. Obrigados muito cedo a fingir uma sólida maturidade, eles acabam afligidos, psicologicamente desequilibrados, mas também extraordinariamente autônomos. O que fazer para que certos direitos que foram apropriados pelos jovens e que são condenados pela rigidez da lei, sejam respeitados? Como transformar esses direitos em uma lei? O movimento das crianças de rua no Brasil demonstrou que, capitalizando e valorizando a sua capacidade para criar, experimentar soluções, era possível chegar a rápidas transformações.

BATHILDE VASSENT/PAPE TALL, ENDA TM

ORGANIZAÇÕES DE SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL

Engenheiros da democracia

Los processos de transição democrática em um certo número de Estados do Sul, e da saída do totalitarismo nos países do Leste europeu, revelam faz alguns anos, novas direções de ação para os atores não governamentais, quer dizer para as organizações de solidariedade internacionais (OSI), mais geralmente chamadas ONG internacionais. É esquecido às vezes que na concepção revolucionária francesa da Declaração dos direitos humanos, a segunda parte do título (direitos do homem e do cidadão) não é, de nenhuma forma, acessória com relação à primeira; ao contrário, é, ao menos, perfeitamente equivalente. Então, como assegurar a efetividade real dos direitos das cidadãs e dos cidadãos?

A atualidade em um certo número de países do Sul e do Leste terá contribuído a enriquecer, inclusive a renovar, a reflexão de todos os que se preocupam dos direitos da pessoa humana (Estados, organizações intergovernamentais, ONG, etc.) sobre a melhor maneira de contribuir. Com relação a isto, as ONG, quer sejam do Norte ou do Sul, mais uma vez demonstraram nesta área as vantagens que lhes dá o seu grau de proximidade com as populações e a sua flexibilidade de intervenção. Quando se combinam a capacidade de auto-organização dos povos implicados e um certo grau de compromisso da comunidade internacional, os resultados obtidos são notáveis.

O exemplo madagascarense

Se manifesta em primeiro lugar no início de programas de educação e de "sensibilização" dos cidadãos, que se revelam absolutamente necessários para populações que saem de décadas de regimes autoritários ou simplesmente ditatoriais. Na realidade, em certos países não existe mais (inclusive nunca houve) uma memória coletiva do que podem ser um processo democrático e o funcionamento de um regime representativo.

Desta forma, em Madagascar, por exemplo, sob a forte pressão das associações locais — a Comissão nacional de observação das eleições tinha justamente como subtítulo "Educação dos Cidadãos" —, um imenso esforço foi feito nesta direção. Em primeiro lugar, durante muitos meses que ante cederam a primeira consulta planejada para acabar com o regime ditatorial no poder a mais de vinte anos (quer dizer, o referendun constitucional de agosto 1992), de pois entre esta e a eleição presidencial de fevereiro 1993.

Trata-se primeiro de convencer os eleitores potenciais que eles têm que viajar para expressar a sua vontade política, de explicá-lhes que as suas opiniões pessoais (qualquer que seja a sua orientação) são respeitáveis. Também é preciso dar um sentido ao mesmo tempo simples, e que possa ser entendido por todos, aos termos de "liberdade de escolha e de voto", de "caráter democrático" das consultas e, mais globalmente, de "processo de transição democrática". Depois, convém validar, de certa forma, essas premissas pela procura de uma transparência máxima e de igualdade no desen-

Não se trata somente de proclamar ou de "re-estabelecer" os direitos cívicos e políticos da população em um determinado país. Ainda precisa ter condições de torná-los tangíveis. As organizações não governamentais podem contribuir.

volvimento das operações eleitorais. Por isso, é preciso estabelecer mecanismos de prevenção das possíveis fraudes, implicando a "sociedade civil". Por exemplo recrutando um número importante de assessores de oficinas de voto e de observadores entre os militantes das formações políticas, mas também, diretamente no seio da sociedade.

Finalmente, é necessário organizar a presença, durante o voto, de observadores estrangeiros trabalhando em estreita colaboração com os seus homólogos locais, com o objetivo de verificar a regularidade efetiva do voto e das operações de escrutínio. Tudo isto para atestar, de certa forma, com relação ao corpo eleitoral, a fiabilidade das operações eleitorais, o seu caráter democrático e, por consequência, a participação real do povo ao estabelecimento das novas instituições democráticas. Neste caso, é preciso destacar que os observadores internacionais delegados a Madagascar foram todos enviados por organizações privadas (americanas, europeias e francesas) e, de nenhuma forma, como acontece normalmente, por governos ou por organizações internacionais, à exceção, do caso, da Agência de cooperação cultural e técnica (ACCT) que havia enviado um equipe no terreno. E se há de admitir que em Madagascar o grau de participação do corpo eleitoral foi muito elevado. Por outro lado, o nível de contestação dos resultados tanto do referendun como das eleições presidenciais pelos perdedores, e em primeiro lugar pelo presidente vencido, foi relativamente limitado.

Educar para formar cidadãos

Podemos nos perguntar se a recusa de aceitar os resultados das eleições em outros países (especialmente em África), nos quais a oposição contesta regularmente a vitória da maioria, não alimenta em parte uma certa carência de educação do cidadão. A atenção extrema dada ao formalismo das consultas, a confusão gerada por regras jurídicas contraditórias, a complexidade dos processos de proclamação dos resultados e a implicação excessiva de partidos políticos aos quais muitas vezes falta uma base social real, parecem predominar então ao detrimento da educação dos cidadãos e da sensibilização deles. Daí a tentação para alguns políticos não muito satisfeitos dos resultados da eleição de manipular de maneira demagógica, alguns partidários mal preparados

a entender que uma das regras fundamentais da democracia representativa, consiste justamente em aceitar a sucessão, mas também na derrota política.

Dentro de um contexto muito diferente, as eleições camboianas confirmaram a importância das tarefas de registro dos eleitores, da educação e da sensibilização, junto com as de controle e de observação do próprio escrutínio. Se pode objetar que este processo foi realizado sob a proteção da Autoridade Provisória das Nações Unidas pelo Camboia (Apronuc) e que resulta diretamente dos enormes esforços tanto ao nível humano como material, feitos pela comunidade internacional. Contudo, não se pode considerar que as Nações Unidas possam repetir freqüentemente este tipo de operação, salvo em situações muito particulares e em zonas de conflito onde, por vários motivos, estados vizinhos assim como grandes poderes encontrem um interesse comum para um desenvolvimento deste tamanho.

Um novo campo de ação

Existe ainda todas as outras situações nas quais as ONG podem contribuir amplamente (eventualmente graças a fundos públicos provindo de credores nacionais ou internacionais) ao estabelecimento e à consolidação da democracia. Um certo número de organizações, especialmente americanas, já se têm "especializado" neste tipo de atividade. Pode-se mencionar a Fundação Carter, quer dizer a *International Foundation for Electoral Systems* (IFES) e mais algumas. Na Europa, a Comissão Internacional dos Juristas (com sede em Geneve) participa também, assim como as associações profissionais de magistrados e de advogados. Porém, não se tem nenhum motivo, pelo contrário, de considerar que se trata de uma área reservada somente aos juristas que, apesar de serem praticantes do direito, raramente têm experiência na área das relações internacionais e do contexto Norte-Sul.

Portanto é o conjunto das ONG do Norte e do Sul comprometidas na ação de solidariedade internacional, particularmente a título de desenvolvimento, que têm um papel a desempenhar nesta área, mesmo que seja somente pelo fato de serem especializadas, quanto à problemática Norte-Sul e Norte-Leste. Elas encontram nesta área uma extensão natural do diálogo de sociedade civil a sociedade civil que desejam ver ampliar-se, iniciando programas de "engenharia democrática". As ONG do Norte poderiam então desempenhar o papel de emprestadores de fundos, contribuir à formação de dirigentes e, quando surgir oportunidade, delegar equipes de observadores internacionais. Finalmente, este novo campo de ação poderia ser integrado a projetos mais amplos, já largamente iniciados, de ajuda à emergência nas entidades associativas e do treinamento de seus dirigentes, de assistência jurídica e de acesso ao direito e aos tribunais para as populações sem recursos. As ONG do Sul poderiam, do seu lado, desenvolver entre elas ou de forma tripartida com as ONG do Norte — políticas de intercâmbio e de apoio mútuo levando em consideração as experiências já realizadas.

PHILIPPE RYFMAN

DESENVOLVIMENTO E DEMOCRACIA

Os dois fazem um par

Existe um vínculo orgânico entre desenvolvimento e democracia? A experiência parece mostrar que sim, mas para encontrá-lo, cada sociedade tem que construir sua própria equação.

Democracia e desenvolvimento: destes dois conceitos se sabe que nenhuma definição jamais conseguirá abraçar totalmente e definitivamente todo o seu contorno. São dois conceitos carregados com valores que suscitam para cada um, representações e de opiniões e, além delas, a própria noção de esperança, de otimismo e de progresso. Paradoxalmente, o conceito de desenvolvimento foi aprendido através do seu oposto, quer dizer do subdesenvolvimento, cujas manifestações foram pesquisadas desde os anos 60. Quanto à noção de desenvolvimento, ela tem uma origem biológica: fala-se de desenvolvimento celular e, mais geralmente, de desenvolvimento físico.

Logo quando os economistas pegaram o conceito, associaram-no a critérios especificamente econômicos e quantitativos, geralmente com relação à noção de crescimento. Na realidade, enquanto é bastante fácil dar uma definição precisa dele com a ajuda de um adjetivo —o desenvolvimento urbano, o desenvolvimento intelectual, etc.— fica muito difícil chegar a uma visão global deste conceito, no qual se misturam dentro de uma situação complexa, fatores demográficos, políticos, econômicos, sociais e culturais. Talvez sejam os direitos humanos que permitam apreender melhor a própria finalidade do desenvolvimento: consistiria então no cumprimento integral dos direitos da pessoa humana para cada um e para todos, tal como está preciso nos 30 artigos da Declaração Universal de 1948.

Poder mudar sem perder a sua identidade

Desta forma, o desenvolvimento inclui uma noção essencialmente global e dinâmica, à qual se pode dar as seguintes características: é quando um grupo humano assume a transformação da própria condição de vida a nível econômico, político, social e cultural através de uma aproximação sistemática, na qual toda ação em determinada área provoca automaticamente reações em cadeia na área considerada e nas outras áreas. Traduz uma resposta dada pelas sociedades confrontadas a problemas. Marca desta maneira, a capacidade de intervenção do homem. É baseado sobre a idéia fundamental que o homem é ator. Desta forma, se toma o risco de dizer que uma sociedade é subdesenvolvida quando é incapaz de reagir de maneira positiva as grandes mudanças no meio ambiente. Isto é o ponto no qual intervêm primeiramente os fatores culturais: o desenvolvimento ocorre dentro da capacidade de dominar as mudanças preservando o essencial da própria identidade ao mesmo tempo.

Poderíamos questionar sobre a dupla técnica e cultura, que ora se combina bem, ora não, ambos conceitos sendo dialeticamente ligados no processo de desenvolvimento, como se

fosse um desafio permanente. «O homem, escreve Marc Humbert, deve ter a possibilidade de criar, quer dizer, de agir de outra maneira e através disto perturbar a cultura e a técnica da ordem social para dominar o conflito passando por cima dele». Nos encontramos então exatamente na área dos direitos humanos, da afirmação da liberdade de pensar, de expressar-se, de agir, de criar e de organizar-se. Temos aqui uma definição ética da democracia, que é um regime político que tem o dever de garantir direitos a todos e permitir a cada um de exercitá-los. Temos que afirmar aqui o caráter indivisível dos direitos humanos, tais como são formulados universalmente e enriquecidos pelas várias dimensões da solidariedade. Isto significa que devem ser levados em conta, a nível de desenvolvimento, não só os direitos econômicos e sociais, mas também os direitos civis e políticos.

Nos anos 60, quer dizer após a descolonização, podia-se aceitar a idéia que o importante era o desenvolvimento econômico, e que a própria idéia de democracia podia ser considerada como um luxo. Ora, a experiência demonstrou que as formas autoritárias e totalitárias de governo não conseguiam resolver os problemas econômicos, e que se traduziam por um balanço financeiro e social muito negativo. Foi esquecido que o agente essencial do desenvolvimento era o próprio homem, contanto que ele tenha condições de ser ator e, por este motivo, que podia aproveitar os seus direitos em um clima de liberdade.

A antiga definição da democracia fica eminentemente válida: o governo do povo pelo povo e para o povo. Não obstante tem que admitir que as formas de democracia podem variar

justamente com relação às próprias características das sociedades, e mais especialmente dos aspectos culturais e de civilização. Não existe, com relação a isto, um paradigma indiscutível. A concepção ocidental dos direitos das pessoas, se opõe a uma certa compreensão que considera que o indivíduo não pode ser separado do seu povo. É no mesmo tempo dentro da afirmação dos direitos humanos e na pregnância dos fatores culturais, que se juntam os conceitos de desenvolvimento e democracia.

A este nível, a Unesco continua a sua reflexão sobre a dimensão cultural do desenvolvimento. Ela propõe ligar as duas dimensões da universalidade e da identidade para chegar a uma cultura do universal e, ao mesmo tempo, a um pluralismo vivo de culturas que a enriquecem. Por isto, o papel dos clubes Unesco é essencial, através dos objetivos que pretendem atingir: a informação e a reflexão ao redor dos temas maiores do desenvolvimento e da democracia. Eles trabalham sobre exemplos de valorização, estudando as suas repercussões sobre o meio ambiente das sociedades e dos povos confrontados aos problemas de desenvolvimento. O outro objetivo deles, é entender as relações existentes entre os dados políticos e geopolíticos, demográficos, econômicos, sociais e culturais aplicados a sociedades organizadas, assim como os desequilíbrios que afetam o mundo, os mecanismos das relações internacionais geradores de desigualdades, e as lógicas de interdependência que regem o mundo. Trata-se também de estimular práticas de intercâmbio, de parceria, de cooperação e de solidariedade.

ANDRÉ ZWEYACKER, FFCU

Os consumidores assumem o seu futuro.

Em novembro 1989, o governo da Ilha Maurício resolve aumentar cerca de 400% a taxa televisual. Esta medida provoca naturalmente um descontentamento geral. A Associação de Consumidores da Ilha Maurício (Acim) toma a iniciativa de reunir uma comissão nacional, incluindo as federações comerciais e ONG, para protestar contra este aumento. Elas obtêm o cancelamento do aumento para cerca de 26% da população. Contudo, além de não mudar nada para a maioria, uma lei é promulgada, obrigando toda pessoa que possui um aparelho de televisão a pagar a metade dos gastos. Por falta de cumprir com esta obrigação, o fornecimento de energia seria suspenso (na Ilha Maurício, a taxa televisual aparece na conta de eletricidade). A "Acim" leva o assunto ao Tribunal Supremo. A sentença dada o dia 9 de janeiro de 1992 qualifica a lei como sendo não-constitucional: a Sociedade Nacional de Eletricidade, a CEB, não pode mais suspender o fornecimento de energia aos consumidores que se recusam de pagar a taxa.

Este caso é um modelo de reparação em uma região do mundo onde os direitos dos consumidores eram inexistentes há poucos anos atrás. Desde há pouco tempo, no Mali, no Níger, no Nigéria, no Senegal, no Gana, são criados os grupos organizados de consumidores. Como em outros lugares, informam, educam, mas também e sobretudo, eles tomam a responsabilidade dos setores nos quais a intervenção dos Estados é escassa ou inoperante, como na área da

alimentação, da saúde, da moradia ou da proteção do meio ambiente. Essas organizações são naturalmente mais visíveis nas cidades e nas capitais do que no meio rural —por exemplo, existem aproximadamente 400 cooperativas em Dakar. Mas nas campanhas, também existem iniciativas de organização: no Senegal, existe atualmente não menos de 1000 grupos de consumidores, 9000 no Burkina-Fasso. É certo que este movimento, ainda muito recente, de defesa dos interesses dos consumidores vai ter que enfrentar, na África, enormes problemas: a falta de identificação da maioria da população à imagem de "consumidor", que é percebida como dos países ricos, e a escassa capacidade de resistência desses consumidores em um mercado desequilibrado no qual os produtores exercitam enormes pressões sobre os responsáveis políticos.

Também é óbvio que além dos direitos de todo movimento de defesa dos consumidores, que é protestador por essência, aparecem certos deveres, especialmente os que ligam o consumo ao desenvolvimento. É necessário levar em conta os custos sociais de certas tecnologias. Por isto, não se pode incitar o consumidor a virar as costas à economia popular. Desejamos a todas essas novas associações que sejam capazes de enfrentar os desafios que lhes esperam. Pois não devemos esquecer que o consumo da África subsahariana, com relação ao seu PIB, é a mais alta do mundo.

ENDA TM

«Não tentar nada : eis o drama»



É tempo dos africanos estarem mais presentes ao lado dos seus irmãos e irmãs que sofrem.

John Isaac/Unicef

Professor de ciências políticas, com sessenta anos de idade, o Beninês Albert Tevoedjre ainda não está pensando em aposentar-se. Ele foi, entre outros, ministro da Informação do seu país (1960), secretário geral da União Africana e Mandagascarense (UAM) em 1962, mestre de pesquisa na Universidade de Harvard (Estados Unidos), onde publicou em 1965 um estudo intitulado *Pan-Africanism in action - an account of the UAM*. Nominado diretor geral do Instituto Internacional de Estudos Sociais com o título de diretor geral adjunto da Secretaria Internacional do Trabalho em 1974, assumiu estas funções até 1983. Em 1987, criou em Porto-Novo, no Benim, o Centro Panafricano de Prospectiva Social (CPPS), foi artesão do colóquio organizado em Ouagadougou (Burkina Fasso) em março passado sobre o tema «Necessidade e oportunidade de uma iniciativa humanitária africana».

■ Por que foi organizado este encontro ?

Albert Tevoedjre : Os Africanos estão cansados de ser sempre assistidos pelos outros. Trata-se agora de despertar a opinião pública africana e internacional, e também de lembrar algumas verdades desconhecidas. Tomemos o exemplo dos refugiados togolêses que chegam no país vizinho, o Benim. Desde sua chegada, são assistidos por Beninês, quer dizer, Africanos, e não por voluntários europeus ou americanos. Noventa por cento deles são hospedados por famílias. Este trabalho não é reconhecido no seu justo valor, pois não é mediatizado. Chegou a hora de remediar esta situação. Também é necessário assegurar a coordenação das nossas ações para que sejam mais eficazes, antes que outras chamem a atenção.

■ Qual a sua conclusão sobre a intervenção americana em Somália, onde a televisão chegou antes dos soldados ?

A.T. : A comunicação precedeu o próprio acontecimento. Aceito o fato que o homem vá ajudar seu próximo quando ele está sofrendo. Mas não aceito que a África fique fora desta ação humanitária. Compartilho a visão do ministro francês da Ação Humanitária quando observa que o fato de ver os europeus distribuindo comida aos negros na Somália pode ser uma coisa notável, mas que, de certa forma, é incômodo. Chegou a hora dos africanos estarem mais perto dos seus irmãos e irmãs que estão sofrendo. Mas não se deve interpretar o encontro de Ouagadougou como uma forma de exclusão contra os Ocidentais e os Estados. Este encontro foi organizado num espírito de parceria, daí a presença de várias ONG e organizações internacionais. Por outro lado, apesar do fato que nenhum representante oficial dos Estados tenha assistido ao encontro, fora do país afriano, a Organização da Unidade Africana (OUA) será informada da conclusão do nosso trabalho, o que será também um apoio.

■ As estruturas que vão ser estabelecidas após Ouagadougou serão autônomas com relação à OUA ?

A.T. : É necessário. A OUA é um órgão político que responde aos desejos dos chefes de Estado africanos. Não tem uma vocação para ser eficaz. Se dependemos dela, teremos as mesmas dificuldades que todos os órgãos interestaduais. É preciso constestá-lo, lamentá-lo e agir.

■ O que vai mudar ?

A.T. : A organização. Vamos mobilizar as populações ao nível local, quer dizer, ao nível das próprias aldeias, sobre a necessidade e a maneira de assistir o outro. Vai ter um "pool" central de reflexão, o estabelecimento de uma rede, que será o lugar do Centro Africano de Prospectiva Social de Porto-Novo, e das direções operacionais regionais de ação humanitária.

■ Como se pode explicar a falta de tal organização ?

A.T. : Isto exige uma logística pesada, aviões, navios, etc., bem, tudo o que não temos.

■ Onde encontrar o dinheiro necessário ?

A.T. : Primeiramente, penso aos recursos humanos, a esses jovens Africanos que, às vezes têm diplomas, que estão sem emprego; a esses jovens que já tem uma atividade, mas que estão dispostos a ajudar. Todos estão prontos para participar logo que tenham a oportunidade de fazê-lo. Não faltam só as condições materiais e financeiras, mas, ainda uma vez, uma política de coordenação. É preciso mobilizar mais estruturas existentes, o exército, por exemplo. O presidente Burkinabé, Blaise Compaoré, disse com razão que as tropas militares podiam ser mobilizados por operações humanitárias.

■ Se surgisse alguma catástrofe em algum ponto da África hoje, como reagiriam, levando em consideração as propostas de Ouagadougou ?

A.T. : Hoje em dia, não podemos realmente agir de forma coordenada. Primeiro precisamos de informação e treinamento antes de poder atuar; é preciso saber para salvar. Vamos organizar seminários de treinamento sobre este tipo de intervenção. As Nações Unidas têm um programa de formação para a gestão dos socorros em situação de catástrofe (DHP). Vamos pedir que seja mais aplicada na África.

■ O Benim gera o influxo de milhares de refugiados provindo do Togo. O que faz ou diz a OUA ? E os políticos e chefes de Estados africanos ?

A.T. : Não foi registrada nenhuma reação concertada. Mas o governo beninês e as organizações internacionais assistem os refugiados togolêses. Como eles se recusam de ir nos campos, 90% deles são hospedados por famílias que recebem a ajuda.

■ O Benim recebeu uma ajuda financeira por parte de Estados africanos para ajudar os refugiados ?

A.T. : Acredito que não.

■ O debate sobre o humanitário suscita muitas interrogações : direito ou dever ?

A.T. : Prefiro falar de serviço humanitário. Temos que constatar que a Cruz Vermelha só faz isto, e a muitos anos. Está presente em todos os lugares onde há guerra, violência ou catástrofes. Organizemos então o serviço humanitário à nossa maneira, sem esquecer que as consequências das crises exigem que nos interessemos também às causas delas.

■ Existem situações nas quais as organizações humanitárias são incômodas na sua ação...

A.T. : Não é motivo para cruzar os braços. Ora os africanos vão conseguir lançar uma operação humanitária, ora vão fracassar. Mas não tentar nada : eis o drama. E mais, se pode ajudar na solução da crise, denunciando os países que se opõem à assistência aos refugiados ou às pessoas deslocadas.

ENTREVISTA DE GILBERT LAM KABORÉ

A exclusão no meio nas nossas sociedades

O mundo presente está sensibilizado aos direitos humanos, e isto é uma boa coisa: é melhor admitir, inclusive se for de má vontade, que cada homem tem direitos inalienáveis, do que admitir por princípio que uns são homens superiores, e os outros seres inferiores. Há pouco tempo atrás, os europeus não haviam forjado a palavra *Untermensch* (sub-homem)?

Bem perto de nós, na África do Sul, ainda existem 20 milhões de seres

humanos cujos direitos civis e políticos são apenas reconhecidos em vagas proclamações de princípio, sem falar dos outros direitos fundamentais proclamados em 1789: a liberdade de circular e de morar em qualquer lugar, de ser tratado pela polícia e a justiça com respeito, de possuir um campo, a segurança de que grupos armados não virão nos matar na própria casa...

Justamente, esta referência à África do Sul e ao apartheid, evoca tantas outras referências que é preciso modificar o início da frase deste artigo para escrever: o mundo atual está muito sensibilizado à questão dos direitos humanos. Se a interrogação existe, é primeiro porque existem muitos lugares nos quais estes direitos não são respeitados. Para dar-se conta disto, é necessário ler o relatório de Amnesty International. Os militantes das ONG que participam nas sessões anuais da Comissão e da Sub-Comissão dos direitos humanos das Nações Unidas conhecem a longa lista de maus tratos estabelecida pelos intervenientes.

Mas a questão tem outro aspecto. Tomemos o exemplo de Rigoberta Menchu. A atribuição do Prêmio Nobel a esta militante, tão modesta como intrépida, faz muito pela causa dos direitos humanos em América Central e, além disso, dos Índios e de todos os povos que foram vítimas de genocídios colonialistas. No entanto, as homenagens que recebeu existia algo de inquietante. Se deixa entender que com este Prêmio Nobel, tudo fôra resolvido, como se a violência da qual Rigoberta Menchu foi vítima junto com os seus compatriotas, fizesse parte do passado. Na realidade, a situação é bem diferente e não há nada de resolvido.

Deve-se então perguntar se a questão dos direitos humanos, de um ponto de vista abstrato, não exprime uma certa inquietude ao mesmo tempo que tenta conjurá-la; e se, de repente, este problema tradicionalmente ligado à prática dos direitos civis e políticos não estaria mudando.

É verdade que em muitos países desenvolvidos se fala cada vez mais da exclusão social como de um problema tão preocupante que está passando a ser dominante. É como se esta idéia de exclusão cristalizasse, de certa forma, as dificuldades vividas por massas consideráveis de homens e mulheres nas zonas de pobreza dos nossos ricos países. O Movimento contra o Racismo e para a Amizade entre os Povos (*Mouvement contre le Racisme et pour l'Amitié entre les Peuples* - MRAP) se referiu há muito tempo a esta noção, para indicar onde nascem os fenômenos contemporâneos do racismo. Estas manifestações não se reduzem a uma resurgência do racismo

Parece que as sociedades modernas só podem funcionar gerando exclusão. No Ocidente, como no Terceiro Mundo, a questão dos direitos econômicos e sociais é tão impregnante que chega a dominar os debates sobre os direitos humanos. Reflexão.

de ontem. Esta resurgência existe: xenofóbias, nacionalismos, purificações étnicas, agressões aos imigrantes, antisemitismo, propaganda em favor da superioridade da "raça" branca...

Mas isto não é o essencial. Se existe tal onda de racismo no mundo, com certeza não é devido às confusas teorias pseudo-biológicas dos nazistas; é porque muitas das nossas sociedades, talvez até todas, são portadoras de exclusão social. É tão sério que podemos ser tentados de levar este processo de exclusão numa das características estruturais do próprio funcionamento das sociedades modernas. A exclusão não é só a marginalização extrema. Manifesta-se também através dos fenômenos da urbanização crescente dos países do Sul, da violência, da droga, da prostituição infantil, do tráfico de órgãos humanos. O que se pode dizer quando as favelas e os "ghettos" são institucionais como em Gaza ou Soweto?...

As correntes que pretendem ser inspiradas por Marx, por muito tempo desenvolveram uma teoria que, apesar de ser simples, ao menos é clara: os únicos verdadeiros direitos seriam ligados à possibilidade de aproveitar as riquezas socialmente produzidas, como a educação, a saúde, a cultura. Isto é a distinção bem conhecida entre democracia formal e democracia real. Eu admito que estas idéias, apesar de serem fora de moda, não me parecem sem fundamento. Tudo mostra que nas sociedades industriais como nas outras, os pobres não só têm pouca influência política, mas se desinteressam totalmente da vida política. Pode-se dizer que a exclusão social leva à autoexclusão política.

Todos os direitos para todos os homens

A idéia é invertida, quer dizer, que somente os direitos civis e políticos do indivíduo seriam os verdadeiros condutores do desenvolvimento político e social, isto é totalmente improvável. Antes de Braudel, Marx havia mostrado, que desde o 16º século o desenvolvimento econômico, em qualquer país que seja, ocorre dentro do "mercado mundial", o que significa que o desenvolvimento é estruturalmente ligado ao sob-desenvolvimento. Contudo, sabemos através de uma experiência irrefutável que o desenvolvimento não pode ocorrer

sem a participação ativa da maioria da população, e, portanto, que não se pode evitar a democracia política, social e cultural. O impulso quase místico dos primeiros momentos de uma revolução ou de uma independência só pode se enterrar por falta de serem substituídos, segundo outro tempo, com ritmos diferentes dos da explosão, e erupção. Caso infelizmente, camadas inteiras da sociedade viva, encontram-se excluídas do progresso social, elas só podem estar embebidas na desconfiança, no irrespeito cultivado, no segredo, o que resulta na emergência de toda uma contra-cultura subterrânea.

Isto acontece em particular quando os mecanismos de decisão são monopolizados por um grupo, um partido ou uma burocracia. Se reconhecesse aqui, sem dificuldade, uma descrição da União Soviética de Brejnev. Mas o fato de que no Ocidente fala-se cada vez mais da "classe política" como sendo uma realidade social, e o fato de que consideráveis massas de excluídos sociais, encontrem-se a priori em um tipo de vazio político, mostra que, os malfeitos que denunciemos nos outros também fazem parte da nossa própria experiência.

Nenhuma ajuda sem democracia

Podemos em termos de conclusão, resgatar algumas perspectivas otimistas? Para começar, devemos confrontar a responsabilidade principal desta situação: o poder político. Os grandes poderes que continuam apoiando os regimes fundados sobre a cultura inegalitária devem revisar a sua política. A ajuda deve ser condicionada apenas pelo respeito das regras democráticas.

Mas como, segundo quais critérios, será possível apreciar um funcionamento democrático? É bastante simples. É preciso exigir ao menos a liberdade de discussão pública e a libertação dos presos de opinião. Mas como os poderes que, até agora, estão acomodados às situações de desrespeito do direito, de exclusão, ou que até participaram na consolidação das mesmas, vão converter-se a outra atitude? Como exatamente, ninguém pode dizer. Mas com relação às condições necessárias, ao menos uma é indispensável.

Em cada um dos nossos países — quer sejam grande ou pequenos, ricos ou pobres — a luta pelas democracias deve ser acompanhada por uma luta determinada contra as exclusões sociais e todas as formas de exclusão. A luta contra o racismo nos países desenvolvidos é um modelo bastante significativo, pois revela que o racismo, condenado de forma abstrata por cada um, é ligado à exclusão social para chegar a ser a forma interpretativa mais cômoda para ele. Isto é um ponto sobre o qual, muitas forças sociais, religiosas, sindicais, políticas, etc., podem e devem encontrar-se e juntar-se. A luta pelos direitos humanos é uma luta pela igualdade. A mesma não pode admitir a exclusão dos indivíduos, nem dos grupos, nem dos povos.

JEAN-JACQUES KIRKYACHARIAN, MRAP

Para saber mais

Cerca de quarenta autores de diversas origens, enriqueceram as páginas do jornal *Vivre autrement*, publicado na ocasião da Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos. Apresentamos uma síntese das suas contribuições e temos os artigos originais à disposição de todos os leitores interessados.

Número 0

POR UM NOVO PAPEL DAS ONG NO QUADRO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS
Em direção a um cidadão planetário, Philippe Ryfman, Universidade de "Paris I", França.
 As ONG constituem o início de uma sociedade civil mundial e poderiam participar na definição de um novo sistema internacional.

Democratizar a ONU, Bernard Wallon, LDH France
 Os conflitos angolêses ou iugoslávicos chamam a atenção sobre a necessidade de reforçar a autoridade das Nações Unidas, especialmente através do aumento dos seus poderes na Assembléia Geral.

Número 1

Minoridades indígenas, povos ameaçados, Antoine Blanca, Survival International France
 Os povos indígenas devem poder fazer valorizar, os seus direitos territoriais e à autodeterminação. A pressão internacional e a criação de organizações indígenas contribuem a isto.

Relatório : Os Índios no caminho da guerra econômica, por Jean-Patrick Razon, Survival International France

Tuaregues : entre marginalização e revolta, Mahmoud-Alpha Maïga
 Disseminados entre cinco países diferentes, os Tuaregs sofrem dos efeitos negativos da sedentarização forçada. Mas a jovem geração resolveu lutar para recobrar a sua dignidade.

Relatório : A séca culturalmente mortífera, por Ibrahim Litry.

Número 2

OS DIREITOS HUMANOS SÃO UNIVERSAIS ?
A carga do homem branco, Taoufik Ben Abdallah, Enda TM
 Não se pode aceitar os argumentos dos opositores à universalidade dos direitos humanos. Mas para que possa triunfar, o Ocidente que produziu esta universalidade tem que assumir as consequências.

Relatório : Sobre a cultura e os direitos humanos, por Bathilde Vassent, Enda TM

Por uma nova cidadania democrática, Marc Agi.
 Paradoxalmente, enquanto continua o regresso unitário por todas as partes, universalidade e solidariedade mundial desenvolvem-se. A educação aos direitos humanos deve contribuir.

O sonho ocidental em situação crítica, Serge Latouche.
 O sonho ocidental de uma modernidade universal (liberdade, igualdade, prosperidade) é um fracasso por três razões : democracia e direitos humanos generalizam-se apenas através do uso da força, a prosperidade beneficia sómente a uma minoridade, o triunfo da tecnologia é baseado na derrota da natureza.

Número 3

MISOGÍNIA
Discriminação : terra das mulheres, *Observatoire de la misogynie, Alliance des Femmes pour la Démocratie.*
 A misoginia continua a ser causa de prejuízos por todas as partes. Certas mulheres perdem a dignidade, outras a vida. Doravante, os democratas não podem mais tolerar este fenómeno.

Relatório : Miséria das prostitutas, por Bathilde Vassent, Enda TM.

Quênia : as mulheres escravas do homem, Mumbi Mathangi.
 No Quênia, a violência física exercitada contra as mulheres faz parte dos costumes e da rotina do casamento. E não é sem motivo. As leis são indulgentes para este tipo de delito, e os juizes são homens...

Número 4

VOCE DISSE "LIBERDADE DE IMPRENSA" ?
Mortos pela informação, Henri Frisque, *Reporters sans Frontière.*
 Cada ano, em todo o mundo, dezenas de jornalistas perdem a vida exercitando a sua profissão. E por todas as partes, inclusive na Europa, a imprensa está passando por estranhas mutações.

Relatório : Oslobodenje : um jornal nas ruínas, por Reporters sans Frontière.

Relatório : 1992 : um balanço sinistro, por Reporters sans Frontière.

ETIÓPIA

A imprensa em suspenso, Christophe Hémerly
 Desde fevereiro de 1992, a Etiópia tem uma imprensa livre e diversificada. Mas certos jornalistas nem sempre escrupulosos, e um governo nervoso, poderiam abusar desta nova liberdade.

Droga e direitos humanos, Alain Labrousse, *Observatoire géopolitique des drogues.*
 A "guerra contra a droga" levada para o Terceiro Mundo segundo as exigências dos países do Norte conduz a exagêros. Mas os verdadeiros criminosos, infiltrados na máquina do Estado, não estão inquietos.

Número 5

QUANDO O NORTE REGRESSA
O direito de asilo morre no Ocidente, Jean-Pierre Alaux, Gisti.
 O Ocidente fecha as suas portas aos que pedem asilo político. A CEE acolhe atualmente apenas 5% das pessoas deslocadas no mundo e os acordos de Maastricht e Schengen são extremamente restritivos.

Relatório : Todos refugiados económicos ? O contra-exemplo haitiano, por J.-P. Alaux, Gisti.

A FRANÇA E OS DIREITOS HUMANOS

Uma política altamente flexível, Jean-Marie Fardeau, *Agir ici pour un monde solidaire.*
 O apoio da França à democracia na África foi pouco e chegou tarde demais. Contudo, associações locais e internacionais conseguiram tomar os direitos humanos em um valor reconhecido neste continente.

França, república dual, Bernard Wallon, LDH France.
 A sociedade francesa está passando por uma crise que afeta tudo e a todos, inclusive a Liga dos Direitos Humanos. O governo atual escolheu designar os estrangeiros como bode expiatório e o Estado de Direito está perdendo terreno.

Número 6

A INFANCIA PROFANADA
E Mozaat que assassinam, Jean-Denis Aïde.
 A prostituição infantil dissimula outros tipos de exploração das crianças. Por exemplo, a retirada de órgãos, é uma nova forma de roubo no Terceiro Mundo.

A criança vítima, Martine Brousse, *Fédération la Voix de l'Enfant*, e Monique Loustau, *ECPAT France.*
 Enquanto a miséria leva milhões de crianças à prostituição, é preciso questionar-se sobre a responsabilidades dos freguêses vindos dos países chamados desenvolvidos.

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA

Menor e protegido, Claire Brisset, *Comité français de l'Unicef.*
 A SDN promulgou os primeiros textos sobre a proteção das crianças em 1921. A Convenção foi de 1989, e foi adotada por 138 países. Mas ainda tem muito que fazer para que seja respeitada.

Número 7

DIREITO E DEMOCRACIA
Cidadania rege, Jean Designe, *Juristes-Solidarité.*
 Da Índia ao Brasil, passando pela Argélia ou a França, as populações aprendem os seus direitos e os defendem, escondem as carências do Estado, enquanto aprendem a noção do bem comum.

O guarda-chuva jurídico, Adama Dieng, *Commission Internationale des Juristes.*
 A Comissão Internacional dos Juristas atua há 31 anos para fazer valer a importância do direito. Participou à criação da Carta africana dos direitos humanos et dos povos.

POVOS AMEAÇADOS

Como é possível ser pigmeu ?, Gilbert Lam Kaboré, Enda TM.
 Entrevista com o etnólogo A. Epelboin. Devido ao seu poder de adaptação, a existência dos Pigmeus não é ameaçada. Contudo, poderiam tornar-se em um tipo de "lumpenproletariat".

Timor-Leste : o genocídio esquecido, Bruno Kahn e Antonio Dias, *Agir pour Timor.*
 A Indonésia anexou a ilha Timor em 1976 ao custo de combates que fizeram mais de 250000 vítimas desde então. Diante da violência dos invasores, os jovens Timorêses tiveram uma resposta : -melhor mortos, do que integrados.

Número 8

DIREITOS SOCIAIS
Da escravidão, Marie-Pierre Vérot.
 Amarrados pelas dívidas, enrolados pelos militares, suando em

campos de cana de açúcar ou em prisões de Estado, os escravos dos tempos modernos estão privados dos direitos mais elementares.

Relatório : Direitos humanos, direitos dos trabalhadores, por Marie-Pierre Vérot.

A África doente da sua saúde, Michel Etchepare, Enda TM.
 Os Africanos pobres e pouco instruídos, dificilmente têm acesso à medicina. Os Estados deveriam racionalizar as estruturas existentes em vez de deixar esta responsabilidade às ONG.

A galinha e o ovo, Abdul Hakim G. Nusantara
 Diversos exemplos indonésios mostram que a luta pelos direitos humanos e a defesa do meio ambiente devem ser levados de frente.

Número 9

MULHERES E DEMOCRACIA
Africanas, às urnas !, Fatou Sow, Ifan/Cheikh Anta Diop.
 Mutiladas, dominadas, ignoradas, as mulheres africanas não têm acesso aos mecanismos de decisão. Através da luta pela democracia, elas poderiam conseguir fazer valer as suas reivindicações.

Relatório : Tunísia : uma legislação mais avançada do que a sociedade, por Aziza Maroufa.
Crianças da guerra, Claire Brisset, *Comité français de l'Unicef.*
 As guerras modernas visam sobretudo os civis. Entre eles, existem muitas crianças. De vítimas, também podem tornar-se em carrascos. No entanto, a legislação internacional fica sem poder.

Número 10

TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA EM ÁFRICA
Regra majoritária e direitos das minorias, Albie Sachs, Universidade de Western Cap.

ETIÓPIA
A democracia em obra, Christophe Hémerly
 Ex-marxistas, os sucessores do ditador Mengistu proclamam a sua adesão aos direitos humanos. Não se pode negar os progressos feitos, mas são frágeis.

TOGO
A restauração, Chris Colain.
 Apoiando-se sobre um exército composto de membros da sua tribo e do seu partido, o general-presidente Eyadema terroriza os partidários da democratização do seu país.

Número 11

ESPERANDO PELA DEMOCRACIA
O Vietnam resiste, Tha Vu Quoc, *Association générale des étudiants vietnamiens de Paris.*
 Inclusive se a constituição de 1992 reconhece os direitos dos Vietnamitas, não deixa de dar o papel principal ao partido comunista e às suas mudanças.

CHADE
Início muito difícil para a democracia, Ngadoy, *Solidarité développement Tchad-France.*
 Há vários anos, o país vive sob a dominação de turmas armadas. Um militante dos direitos humanos foi assassinado e a população perdeu toda esperança. Seria necessária uma intervenção da ONU.

MINAS ANTI-PESSOAL
O massacre dos inocentes, Tim Castairs, *Handicap International, Handicap International e Mines Advisory Group* associaram-se para atuar nos países mais afetados pelas minas anti-pessoal, especialmente com relação às crianças.

Número 12

EDUCAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS
A arma do saber, Amnesty International.
 A luta contra a violação dos direitos humanos deve ser acompanhada por um trabalho de fundo : a educação com relação a estes direitos, praticada nas escolas e de forma adaptada a cada tipo de aluno.

Relatório : Avanço no Burkina-Faso, por Halidou Ouedraougo, MBDHP.

A aula de democracia, Christophe Hémerly.
 Entrevista de Steve Morrison, "conselheiro em democracia" na embaixada dos Estados Unidos em Addis-Ababa.

TORTURA
Quebrar o muro do silêncio, Eric Sottas, *PMCT/SOS Torture.*
 A Organização mundial contra a tortura e SOS-Torture lutam contra o silêncio ao redor deste último nível da violação dos direitos humanos.

Relatório : Morrer por uma declaração, por Amnesty International.

Eventos internacionais

As informações contidas neste calendário podem ser modificadas.

Organização das Nações Unidas

Dezembro

■ **Grupo de Trabalho sobre a Detenção Arbitrária**, Comissão dos Direitos Humanos, 1-10 de Dezembro, Génova, Suíça.

■ **Grupo de Trabalho sobre o Desaparecimento Forçado ou Involuntário**, 41ª sessão, Comissão dos Direitos Humanos, 1-17 de Dezembro, Génova, Suíça.

■ **Grupo de Trabalho ad hoc de especialistas da África do Sul**, Comissão dos Direitos Humanos, 6-17 de Dezembro, Génova, Suíça.

Janeiro

■ **Comissão sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres**, Grupo de Trabalho Preparatório, 10-14 de Janeiro, Nova Iorque, Estados Unidos.

■ **Comissão dos Direitos da Criança**, 5ª sessão, 10-28 de Janeiro, Génova, Suíça.

■ **Conselho Económico e Social (Ecosoc), Reunião preparatória para o nono Congresso das Nações Unidas sobre a prevenção do crime e o tratamento dos delinquentes**, 17-21 de Janeiro, Bangkok, Tailândia.

■ **Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres**, 12ª sessão, 17 de Janeiro a 7 de Fevereiro

■ **Grupos de Trabalho sobre as Situações**, Comissão dos Direitos Humanos, 24-28 de Janeiro, Génova, Suíça.

■ **Comitê Preparatório do Encontro Mundial sobre o Desenvolvimento Social**, 31 de Janeiro a 11 de Fevereiro, Nova Iorque, Estados Unidos.

■ **Comissão dos Direitos Humanos**, 50ª sessão, 31 de Janeiro a 11 de Março, Génova, Suíça.

Fevereiro

■ **Reunião dos Estados assinantes da Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres**, 7 de Fevereiro, Nova Iorque, Estados Unidos.

■ **Reunião preparatória da região África para o nono Congresso das Nações Unidas sobre a prevenção do crime e o tratamento dos delinquentes**, 14-18 de Fevereiro, Addis Ababa, Etiópia.

■ **Reunião Preparatória da Região Européia para o Nono Congresso das Nações Unidas sobre a Prevenção do Crime e o Tratamento dos Delinquentes**, 28 de Fevereiro a 4 de Março, Viena, Áustria.

■ **Comitê sobre a Eliminação da Discriminação Racial**, 44ª sessão, 28 de Fevereiro a 18 de Março, Génova, Suíça.

Março

■ **Reunião Preparatória da Região América Latina e do Caribe para o Nono Congresso das Nações Unidas sobre a Prevenção do Crime e o Tratamento dos Delinquentes**, 7-11 de Março, Santiago, Chile.

■ **Comissão sobre o Estatuto das Mulheres**, 38ª sessão, 7-18 de Março, Nova Iorque, Estados Unidos.

■ **Comissão dos Direitos Humanos, Grupo de Trabalho sobre as Comunicações**, 14-18 de Março, Génova, Suíça.

■ **Reunião Preparatória da Região Ásia Ocidental para o Nono Congresso das Nações Unidas sobre a Prevenção do Crime e o Tratamento dos Delinquentes**, 20-24 de Março, Aman, Jordânia.

■ **Comitê dos Direitos Humanos**, 50ª sessão, 21 de Março a 8 de Abril, Nova Iorque, Estados Unidos.

■ **Conselho de Administração do Fundo de Contribuição Voluntária das Nações Unidas sobre as formas atuais de escravatura**, 2ª sessão, mês de Março (uma semana), Génova, Suíça.

Organizações Não Governamentais

Dezembro

■ **Simpósio sobre a Juventude e o Racismo**, 7-12 de Dezembro, Strasburgo, França. Informação: Centre Européen de la Jeunesse, Peter Lauritzen c/o EYC, 30 rue Pierre Coubertin, F-67000 Strasbourg. Tel: 33 88 422 300; fax: 33 88 412 777.

■ **Dia Internacional dos Direitos Humanos**, 10 de Dezembro.

■ **Conferência Mundial dos Povos Indígenas-Educação**, Universidade de Wollongong, Sydney, Austrália. Informação: 66 2 550 56 60.

Janeiro

■ **A Família e o Meio-Ambiente - Samoa Oeste**, Seminário Educacional sobre o Meio-Ambiente, com os representantes dos países do Pacífico Sul, mês de Janeiro. Informação: The Pan Pacific and South-East Asia Women's Association (PPSEAWA), HRH Princess Nanasipau'u Tuku'aho Box 1187, Nuku'alofa, Tonga.

■ **IV Conferência Internacional do Comitê de Pesquisa e Conselho**, Fórum Interdisciplinar de Pesquisadores, afim de estabelecer uma Associação Profissional Autônoma de Estudos sobre os Refugiados. Informação: Queen Elizabeth house, University of Oxford, 21 St Gilles, GB-Oxford OX13 LA. Tel: 44 865 270 723; fax: 44 865 270 721.

■ **Justiça e Saúde: Conferência Internacional de Mulheres para a Conferência Internacional sobre a População e Desenvolvimento**, 24-28 de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

Informação: IWHC, 24 east 21st St., New York, NY 10010, USA. Tel: 1 212 979 85 00; fax: 1 212 979 90 09, ou, CEPIA, Rua do Russel 694/20 andar, Glória, Rio de Janeiro, 22210 RJ Brasil. Tel: 55 21 225 61 15; fax: 55 21 286 03 13.

Fevereiro

■ **Mulheres na Luta para a Comunicação**, Universidade Aberta de Sukhothai Thammathirat, 12-17 de Fevereiro, Tailândia.

Informação: World Association for Christian Communication, 357 Kinnington Lane, London SE11 5QY, England. Tel: 44 71 582 91 39; fax: 44 71 735 03 40.

■ **Conferência UNITED: «Juventude Européia: Ações Unidas contra o Racismo e o Nacionalismo!»**; Uma semana no Centro Europeu da Juventude com 120 delegados de diferentes grupos anti-fascistas e anti-racistas e das organizações internacionais de jovens de toda Europa, 13-20 de Fevereiro, Strasburgo, França. Informação: UNITED for Intercultural Action, PB 413, NL-1000 AK Amsterdam. Tel/fax: 31 20 623 49 02.

Março

■ **Seminário sobre as Empresas de Mulheres do Mundo Rural**, 1-8 de Março.

Informação: Rural institute for Development Education, Mrs Britto, 45 Perlar Nagar, Little Kanchipuram, Tamil Nadu 631 503, Índia.

■ **Mesa Redonda sobre a preparação do Fórum das ONG-1995**, Nova Iorque. Comitê de Organização das ONG para a IV Conferência Mundial sobre as Mulheres em 1995. Informação: Marlena Parenzan, Forum Coordinator, Kirchengasse, Austria. Tel/fax: 431 526 18 99.

■ **Dia Internacional das Mulheres**, 8 de Março.

■ **Comissão das Nações Unidas sobre o Estatuto das Mulheres**, 38ª sessão, Nova Iorque, Estados Unidos.

Informação: Division for the Advancement of Women, PO Box 500, A-1400 Vienna, Austria. Tel: 431 211 310; fax: 431 237 495.

Calendário Provisório das Nações Unidas sobre os Direitos Humanos, Abril-Dezembro 1994

■ **Grupo de Trabalho sobre o Desaparecimento Forçado ou Involuntário**, 42ª sessão, Comissão dos Direitos Humanos, 11-15 de Abril, Nova Iorque, Estados Unidos.

■ **Comitê contra a Tortura**, 12ª sessão, 18-29 de Abril, Génova, Suíça.

■ **Comitê sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais** (Grupo de Trabalho Preparatório), 27 de Junho a 1 de Julho, Génova, Suíça.

■ **Comitê sobre os Direitos das Crianças** (Grupo de Trabalho Preparatório), 27 de Junho a 1 de Julho, Génova, Suíça.

■ **Comitê dos Direitos Humanos, Grupo de Trabalho sobre a Comunicação**, 4-8 de Julho, Génova, Suíça.

■ **Comitê dos Direitos Humanos**, 51ª sessão, 11-29 de Julho, Génova, Suíça.

■ **Grupo de Trabalho sobre a Comunicação** (da sub-comissão), 18-29 de Julho, Génova, Suíça.

■ **Grupo de Trabalho sobre a População Indígena**, mês de Julho (duas semanas), Génova, Suíça.

■ **Comitê sobre a Eliminação da Discriminação Racial**, 45ª sessão, 1-19 de Agosto, Génova, Suíça.

■ **Sub-comissão da Prevenção da Discriminação e da Proteção das Minorias**, 46ª sessão, 1-26 de Agosto, Génova, Suíça.

■ **Comitê dos Direitos Humanos, Grupo de Trabalho sobre as Comunicações**, 10-14 de Outubro, Génova, Suíça.

■ **Comitê dos Direitos Humanos**, 52ª sessão, 17 de Outubro a 4 de Novembro, Génova, Suíça.

■ **Comitê contra a Tortura**, 13ª sessão, 7-18 de Novembro, Génova, Suíça.

■ **Comitê sobre os Direitos das Crianças** (Grupo de Trabalho Preparatório), 14-18 de Novembro, Génova, Suíça.

■ **Comitê sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais**, 9ª sessão, 21 de Novembro a 9 de Dezembro, Génova, Suíça.

■ **Grupo de Trabalho sobre o Desaparecimento Forçado ou Involuntário**, 44ª sessão, Comissão dos Direitos Humanos, 30 de Novembro a 9 de Dezembro, Génova, Suíça.

Agradecemos à Comissão das Comunidades Européias pela ajuda dada a *Vivre autrement* pela publicação deste exemplar especial em português. Agradecemos igualmente, a *Banque Française du Crédit Coopératif* (BFCC), Sebastião Salgado e à Agência Magnum, Internet, Unicef e a todos os que ajudaram *Vivre autrement*, em Viena e depois.

VIVER DIFERENTEMENTE

Diretor de publicação: Jacques Bugnicourt • Redatora Chefe: Sophie Boukhari • Redação: Sophie Bessis, Beatriz Gomez, Gilbert Lam Kaboré, Catherine N'Diaye, Pape Tall, Bathilde Vassent • Colaboradores: Antoine Bernard, James Gillies, Jean-Jacques Kirkyacharian, Philippe Ryfman, André Zweyacker • Tradutores: Gilles Chertier, Aurilène Da Costa • Maquetista: Isabelle Bonnet • Impressão: Imprimerie Marc Poussière (IMP) • Enda TM - Organização internacional de carácter associativo e com objetivos não lucrativos, criada em 1972 e com sede em Dakar, Senegal, tel: 221 22 42 29. Enda delegação em Europa: 5, rue des Immeubles Industriels 75011 Paris. Tel: 33 1 43 72 09 09; fax: 33 1 43 72 16 81. Enda TM participa na luta contra a pobreza, pelos Direitos Humanos e o estabelecimento de uma política de desenvolvimento duradouro.